



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

SESSÃO ORDINÁRIA 25 DE JANEIRO DE 2022

Esta Ata foi lida e conferida pelo vereador Marco Amaral, 1º Secretário

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2022, às quinze horas, no plenário “Dr. Antonio Stella Moruzzi” da Câmara Municipal, realizou-se a presente sessão ordinária. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vamos lá? Deixa eu desligar o microfone... Só um minutinho. Pronto. Muito boa tarde aos Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras, população que nos acompanha de suas casas, imprensa, todos que nos acompanham pelas redes sociais. Muito boa tarde. Dando início à 1ª Sessão Ordinária de 2022, terça-feira, 25 de janeiro. Eu solicito à Sra. Secretária, Raquel Auxiliadora, para a chamada dos Srs. Vereadores. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Vereador André Rebello. Azuaite Martins de França. Presente. Bira. Bruno Zancheta. Cidinha do Oncológico. Dé Alvim. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Bira está on-line, tá? **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bira, on-line. Tá. Dé Alvim. Dimitri Sean. Djalma Nery. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** On-line. Presente on-line. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Elton Carvalho. **VEREADOR ELTON CARVALHO:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Gustavo Pozzi. Lucão Fernandes. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Malabim. **VEREADOR MALABIM:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Marquinho Amaral. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Marquinho Amaral, presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Paraná Filho. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Professora Neusa. Raquel Auxiliadora, presente. Robertinho Mori. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Rodson Magno. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Presente on-line. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Roselei Françoso. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Sérgio Rocha. Tiago Parelli. **VEREADOR TIAGO PARELLI:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Vereador Gustavo Pozzi também presente. Chegou mais alguém? **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Professora Neusa. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Professora Neusa. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Estou presente. Eu cheguei. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Quinze vereadores presentes, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Em pé, cantaremos o Hino Nacional e o Hino a São Carlos. [execução do Hino Nacional Brasileiro]. [execução do Hino de São Carlos]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Solicito à vereadora Neusa Golineli, Professora Neusa, que proceda a leitura da Bíblia. Registrar a presença também do vereador Malabim, do vereador André e da vereadora Cidinha do Oncológico. A senhora tem a palavra. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Boa tarde a todos: "A confiança e felicidade do crente e a certeza da vida eterna. Salmo excelentíssimo de Davi. Guarda-me, ó Deus, porque em ti confio. A minha alma disse ao Senhor: Tu és o meu Senhor; não tenho outro bem além de ti. Digo aos santos que estão na terra e aos ilustres em quem está todo o meu prazer: as dores se multiplicarão àqueles que fazem oferendas a outro deus; eu não oferecerei as suas libações de sangue, nem tomarei o seu



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

nome nos meus lábios. O Senhor é a porção da minha herança e do meu cálice; tu sustentas a minha sorte. As linhas caem-me em lugares deliciosos; sim, coube-me uma formosa herança. Louvarei ao Senhor que me aconselhou; até o meu coração me ensina de noite. Tenho posto o Senhor continuamente diante de mim; por isso que ele está à minha direita, nunca vacilarei. Portanto, está alegre o meu coração e se regozija a minha glória; também a minha carne repousará segura. Pois não deixarás a minha alma no inferno, nem permitirás que o teu Santo veja corrupção. Far-me-ás ver a vereda da vida; na tua presença há abundância de alegrias; à tua mão direita há delícias perpetuamente.". Deus é tudo. Confio em ti. Obrigada.

PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO: Obrigada, Professora Neusa. Solicito à secretária Raquel Auxiliadora que proceda os votos de pesar da semana. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Relação de votos de pesar: "Mirian Aparecida Galhote, Donizetti Aparecido Baptista, Carlos Lourenço, Ivone Pereira dos Santos, Luzia Aparecida Coleti Petruceli, Aeliton Prado Pinto, Maria Querina de Assis, Benedito dos Santos, Pedro Tormina, José de Osvaldo Rufino, Palmira Teixeira Custodio, Maria Aparecida de Souza, Aparecida Salvador, Doraci da Silva, Raimunda Ramos Alves, Oswaldo Bernardi, Maria Aparecida Chimirri Migliati, José Carlos Gionimi, Umbelina de Araujo, Shirley Aparecida Melisck Lambertucchi, Benedicto Luiz, Neusa Crescencio da Silva, Edenilson Luiz Barasini, Francisca Redondo, José Marcos Evangelista, Joel Correia Ribeiro, Bento Florival Belonci, Rodrigo Correa dos Reis, Danielle Rauedi Matheus, Terezinha de Jesus Souza, Julieta Alves Campos, José Candido Rodrigues, Edergia Vicentini Villela, Edecio Piccin, Vanderson Clayton Ramos, Carlos Roberto Rodrigues, Sandra Aparecida de Lima Quinterni, Roberto Bettoni, Maria de Lourdes Pereira, Jose Alvaredo, Orlanda da Silva Bergam Asco, Eniceia Gomes da Cruz Silva, Pedro Gava, Jacyr Valle Lucio, Santa Bortoloto Gravena, Maucir Prodossimo, Valdemir Messali, Raissa Moreira Teixeira, Marilda Aparecida de Goes, Benedicto Gonçalves Ferreira, Carmelia Rosa de Oliveira da Silva, Eliete Maria Rodrigues, Marcos Aparecido Magri, Salvador do Carmo Petile, Jose Carlos de Souza, Maria Pereira de Oliveira Candido, Anna Aparecida Pizzolato Aguiar, Hermes Ranieri, Mauricio Aparecido Jose de Moraes, Maria Aparecida Bianchi Nineli, Pedro Paulo Bezerra Luz, Maria Conceição Souza Santos, Paulo Sergio Germano de Souza, Marcos Inácio da Silva, Reginaldo Garcia Maia, Walter de Aquino, Edson Jose Draeta, Dolores Moreno Galhardo Barbelli, Flora Attisano Costa, Pedro Bilotti, Maria Aparecida Carça Barbosa, Pedro Quintino da Silva, Vilson de Souza Campos, Jose Luiz Wanderlei da Silva, Angelina Sebastiana Chies Fusi, Américo Vicentini, Telma Teromides Martins Novo, Ordalina Luiza Lopes Rodrigues, Nelson Celenze, Maria de Fatima Moreira, Natalino Santos Lima, João Gallo Sobrinho, Alipio Rodrigues da Silva, Mihoko Oioishi Yado, Cale Peixoto, Maria de Lourdes Perpetua Genofre Pulcinelli Cam Arnado, Ana Maiochi Del Agnoli, Seonice Aparecida Freire, Luzia de Lourdes da Silva, Terezinha de Fatima Masucci, Cesar Augusto Silva Caligari, João Rene Nonato, Ivone Broggio Venzel, Maria Jose Escarlata, Omilde Chain de Lima". Põe uma aguinha para mim, por favor. "Geraldo Olaia, Angel Ogando Martinez, Maria Aparecida da Silveira, Paulo Bertoni, Elzira Antonia Ramos da Silva, Benedicta Mathilde Andriani Guedes, Moises Cerantola". Obrigada. Só um minutinho, presidente. "Marlene Aparecida Ernesto Pereira, Carlos Roberto de Arruda Leite, Maria Solange Melo Pereira, Clementino Carmona, Francisco Carlos Piloto, Diego Afonso Teixeira dos Santos, Antonio Nunes, Waldemar Donatti, Waldemira Mazutti, Atilio Aquareli, Octavio Bogas, Manuel Ponce, Claudio Sponton do Carmo, Maria Julia Favorini Malachias, Ana Julia Marcelo de Souza, Jules Verne Moreira



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Pandolfelli, Valdir de Oliveira Melo, Sonia Alves de Oliveira, Marcos Roberto Chinelatto, Ronaldo Barbosa Seixos, Maria das Dores Silva, Edvaldo Alberto Pires Ferreira, Everton Carlos Brilhante, Francisco Fernandes, Sueli Nazareth Ribeiro, Luiz Carlos Pompeo, Antonio Solfa, Benedicta Maura Correa, Maria Lucia Violante Sobral, Waldir Pereira dos Santos, Edna Paschoalino Martins, Claudemir Parisi, Salvador Gonçalves Leano, Paulo Augusto Beraldo Martinelli, Luzia de Souza Silva, Luiz Claudio de Moraes, Francisco da Silva, Anna de Barros Gialorenço, Ruy Garbin Barbosa, Jose Luis Cavichioli, Rogerio Vigatto, Aguiates de Souza Freire, Lourdes Russo, Orlando Carlos Henriquetto, Bartolomeu Jacinto Rebello de Oliveira, Elza Valvassore Melchiables, Encarnação Sanches Vasconcelos, Adriano Correia, José Paula de Toledo, Maria de Fatima Hercule da Silva, Juliane Joyce Ferrari, Nair Souza da Silva Garcia, Irineu Pedro Neo, Beatriz de Fatima Carvalho Lourenço, Alecio da Silva, Romualdo Tagata, Maria Moreira de Paiva, Paulo Henrique de Genova, Wilma Ruggiero Marino, Ludgero Braga Junior, Adenir de Siqueira Joaquim, Gervasio Lopes, Flavio Manoel de Jesus, Pedro Augusto Batistela, Albertina Segnini Viganon, Waldomiro Lazzarotto, Paulo Sergio Siqueira, Leomi Francisca de Santana, Olga Bontempo de Oliveira, Darcy Soares da Silva, Maria Socorro de Lima, Antonio Ricardo Fal, Mario Guzzi, Miguel Sergio de Campos, Guiomar Maria de Oliveira Silva, Jose Carlos Rubino, Antonia Martins Moreira da Silva, Edevaldo Marcelo Fantucci, Yone Marsiglia Verrumo, Wislei Aparecido dos Santos Demedi, Margarida Maria Micheletti, Irene Andreozzi Micelli, Paulo dos Santos Domingos de Oliveira, Amélia Randolpho Rodrigues, Luiz Eduardo Moreira, Jose Aldana Filho, Camilo da Costa Junior, Alcides Zampieri, Maria Leopoldina da Rocha, Magali Peruci, Jose Cozimo Bufalari, Helena da Silva de Oliveira, Maria Aparecida Leoncio de Lima, Sebastião Galvão, João Pedro da Silva, Irani Ribeiro da Silva, Rosa Garcia Rossini, Noel de Souza Pepe, Thiago Taglialatela Cobra, Anna Barros Gianlorenço, Rogério Vigatto, Leonor Maria Jesus Maçarelli, Mauro Bressan, Jovahyr Margarido Bertocco, Maria Zuleica Gallucci Roiz, Amâncio Manier". São 208 votos de pesar, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereadora Raquel. Os que puderem, por favor, fiquem em pé para que guardemos um minuto de silêncio em memória dos falecidos deste período. [um minuto de silêncio]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Neste momento, coloco em votação a Ata da Sessão Ordinária do dia 7 de dezembro de 2021. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. Também coloco em votação a Ata da Sessão Ordinária do dia 14 de dezembro de 2021. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovada. Solicito à vereadora Raquel, que secretaria essa presidência nesse momento, que faça a leitura das proposições do período. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Leitura das proposições da semana. Projetos de lei ordinária, 6; projetos de decreto legislativo, 2; projetos de resolução, 1; 234 requerimentos; 26 indicações; 16 moções. Em um total de 285 proposições essa semana, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereadora Raquel. Eu acho que essas proposições é desde o período que nós entramos de recesso. Então, por isso, desse acumulado de 285 proposições, tá? Então, coloco em votação a admissibilidade desses projetos para que eles possam ser conduzidos às devidas comissões permanentes ou ao Executivo, no caso dos requerimentos. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovados. Nós temos uma solicitação de prorrogação de prazo do Requerimento nº 2.306, de autoria do vereador Paraná filho, "que solicita informações referentes aos funcionários da empresa Terra Plana Locação e Serviços Eirelli,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

contratada pela Prefeitura Municipal de São Carlos". A prefeitura solicita mais 15 dias. Eu coloco em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Um contrário. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Oi? Do vereador Paraná Filho. Eu vou chamar novamente, tá? Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Azuaite contrário. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vereador Azuaite vota contrário. Vereadora Neusa vota contrário, mas aprovado, então, a prorrogação de prazo solicitado pela prefeitura. Pela ordem, solicitado pelo nobre vereador, deixa ver aqui, só um segundinho, gente. Vereador Marquinho Amaral. Sim? **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** [interrupção no áudio] público e notório, também Vossa Excelência o fez através de ofício ao Sr. Prefeito Municipal. Recentemente, Vossa Excelência me designou para representar a Câmara Municipal no Comitê Covid. Mesmo porque, naquele momento, eu presidi e ainda presido a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou possíveis irregularidades nos numerários que vieram no governo federal e do governo estadual para o combate à covid. Essa Comissão Parlamentar de Inquérito, ela se encerrou com a elaboração final do relatório. Está para ser lido na sessão de hoje pelo nobre vereador Elton Carvalho, relator da CPI. Portanto, eu não vejo mais motivo para continuar representando esta Casa no citado comitê. Uma vez que eu estava lá devido à CPI, para acompanhar os atos da covid, para poder fazer um trabalho mais amplo, mais objetivo e mais imparcial na comissão. E eu acredito que não tem mais função eu continuar representando a Câmara. Mesmo porque nós temos uma Comissão de Saúde, que diga-se de passagem, é muito bem dirigida pelo vereador Lucão Fernandes. E eu acredito que esta comissão que tem que representar a Casa, salvo maior juízo, uma decisão de Vossa Excelência, mas eu não vejo mais como ser útil nessa representatividade. Então, eu solicito o meu desligamento da representação da Câmara no Comitê da Covid-19. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Deferido o pedido de Vossa Excelência. E, oportunamente, havendo necessidade, somando aos trabalhos da Comissão Permanente de Saúde, nós indicaremos uma outra pessoa. Mas eu entendo como o vereador Marquinho Amaral acabou de explicitar. Eu acho que a Comissão de Saúde tem um papel importante nisso, tem três membros. Eu acho que um dos membros aí pode representar muito bem essa Casa no Comitê Covid-19, lá da Prefeitura de São Carlos. Muito obrigado, Marquinho, pelos trabalhos que você desenvolveu lá até então. Pois não, Marquinho? **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** [interrupção no áudio] encerrar. Eu quero aqui dar o meu testemunho público do trabalho exemplar que foi feito pelo Matheus de Aquino no comando desse comitê, no período que eu estive lá, e de todos os membros. Eu participei de diversas reuniões, algumas presenciais, outras on-line, mas sou testemunha do empenho de todos os membros do comitê. Em momentos difíceis, todos se desdobraram para poder, além de suas funções que ocupam, estar nesse trabalho voluntário e que, sem dúvida nenhuma, trouxe grande resultado para a cidade de São Carlos, no combate da covid. Então, quero parabenizá-los. Agradecer a acolhida que tive. E dizer que, como vereador, estarei à disposição [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Marquinho. Questão de ordem solicitado pelo nobre vereador Paraná Filho. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente, vereador Roselei França, gostaria de fazer aqui uma questão de ordem, um apelo a Vossa Excelência. Eu, há poucos minutos, passei a receber inúmeras mensagens no meu celular dando conta de que a Câmara Municipal estaria proibindo o acesso das pessoas a acessar o Plenário para assistir à sessão da Câmara.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Poxa, vida, nós temos aqui protocolos. Os assentos do nosso Plenário estão 50% inutilizados, ou seja, haverá um distanciamento. Nós temos um protocolo na porta com aferição de temperatura. Nós temos álcool em gel para oferecer para a população. Aqui é a Casa do povo, Sr. Presidente. Aqui é a caixa de ressonância da sociedade. Se a sociedade, se a população não puder estar dentro dessa Casa, ela estará onde? Eu entendo que nós temos que ter protocolos, e essa Casa já tem adotado protocolos há muito tempo. Nós não podemos fazer aqui um papel demagógico, enquanto muitos eventos estão acontecendo no nosso município e com protocolos, essa Casa, mesmo tendo protocolos, tentando vedar o acesso da população a assistir à sessão. Quantos anos, Sr. Presidente, nós ficamos aqui nessa Casa? Só nós aqui, e esse Plenário vazio. E nós desejando que a pandemia acabasse para que nós pudéssemos, novamente, ver esse Plenário cheio de pessoas. E, hoje, que nós podemos, ainda que parcialmente, proibiu o acesso às pessoas ao Plenário para assistir a sessão presencialmente. Me desculpa, Sr. Presidente, é um desrespeito à sociedade, sobretudo à sociedade que paga para o funcionamento dessa Casa aqui. E se tem vereador que acha que estou falando besteira e está chacoalhando a cabeça, é porque hoje está sentadinho com a bunda na cadeira, mas um dia vai estar lá fora também e um dia vai ser barrada lá também. Eu votei no senhor, Sr. Presidente, não foi para o senhor cercear as pessoas de ter direito a acesso aqui...**PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** O senhor pode...**VEREADOR PARANÁ FILHO:** Porque eu sou chegadoinho a uma e a outra não. Eu votei porque entendi que o senhor seria a melhor proposta para presidir essa Casa. E não vedando as pessoas de ter acesso aqui que isso vai acontecer. O senhor me desculpe. Vi que o senhor já liberou. Ok. Mas eu acho, Sr. Presidente, que isso não é um bom caminho. Afastar a população de dentro dessa Casa é a pior forma de legislar, a pior forma de representar a sociedade. Excluindo, proibindo, vedando, não é assim que nós vamos ser, de fato, os representantes do povo. Na retórica, no Plenário, na retórica, todo mundo fala que é representante do povo, mas colocando uma cancela lá e proibindo acesso delas aqui, no lugar que elas pagam para isso funcionar. Isso não é representar o povo, Sr. Presidente. Então, eu peço que Vossa Excelência não somente nessa sessão, mas que enquanto nós pudermos permitir, com uso de protocolos, o acesso dessas pessoas aqui, que seja feito assim, Sr. Presidente. Porque isso não é justo com a sociedade que paga o nosso subsídio, que paga para tudo isso aqui funcionar. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vereador Paraná, eu, em que pese as palavras de Vossa Excelência, ao qual eu sempre tive profundo respeito, e as pessoas também, eu entendo. E eu acho que é um sonho nosso que todos possam voltar à vida ao normal. Ocorre que nós tivemos uma decisão da Mesa Diretora. Fato é que não foi publicado. Portanto, o senhor tem toda a razão do mundo em cobrar dessa presidência que as pessoas adentrem ao Plenário. Mas por uma questão de segurança, a Mesa Diretora tomou essa decisão. Eu me comprometo de voltar a falar com os membros da Mesa. Mas a decisão era de não ter público no Plenário, para preservar as vidas dos vereadores e das pessoas também aqui na Casa. Mas eu me comprometo com o senhor de voltar a falar com a Mesa. E gostaria que a decisão que for tomada pela Mesa fosse respeitada por todos os pares, que não é de forma alguma, meu maior desejo, não tem ninguém aqui... eu acho que todos aqui, melhor dizendo, querem a Casa cheia. Sem aquelas demarcações, né? **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Questão de ordem, Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Só um segundinho, por favor, já dou a palavra para a senhora. Então, queremos, sim, que a população venha para a Câmara, que o público participe dos debates. Nós providenciamos aqui meios para as pessoas poder



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

participar. Infelizmente, ainda nós estamos ao meio de uma pandemia. Em que pese eu concordar com uma parte significativa da fala de Vossa Excelência, a decisão não foi minha. Foi uma decisão da Mesa Diretora da qual eu preciso voltar a conversar com todos, tá? Mas eu agradeço a oportunidade. As pessoas estão aqui porque não foi publicado o ato. Porque se tivesse sido publicado, eu teria que cumprir a decisão da Mesa Diretora, tá bem? Sejam bem-vindos. Nós vamos discutir se nós vamos publicar esse ato, mas eu devo esse respeito à Mesa Diretora. Vereador Marquinho Amaral está solicitando pela ordem. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Questão de ordem. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Eu também. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vereador Marquinho, só um segundinho, que a Neusa tinha solicitado antes. E eu já dou a palavra a Vossa Excelência, tá? Vamos lá, Professora Neusa. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Primeira coisa, eu acredito que tem que fiscalizar a vacina. A maioria que estão aqui estão vacinados. Tem um espaço entre eles. Trinta por cento é possível entrar. Eu sou contra barrar. Nós já estamos tendo que ter vacina. Já chega dessa situação, tá? [falas sobrepostas]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Olha, Professora Neusa. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Eu sou contra. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Professora Neusa. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente, respeita a fala da vereadora, Sr. Presidente...**PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Eu só queria colocar uma coisa. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** O senhor tem que deixar a vereadora falar, Sr. Presidente... **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Eu... **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Respeita...**PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** A Professora Neusa...**VEREADOR PARANÁ FILHO:** A fala da vereadora. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** O senhor deixa ela falar então, por favor? **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Se o senhor deixar...**PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Não dei a palavra para o senhor. Professora Neusa, a senhora tem a palavra. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Só um momentinho. Só um momentinho. Não quero causar esses problemas, em hipótese alguma, mas eu quero colocar uma situação. Noventa por cento ou 100% deles já estão vacinados. As crianças não estão todas, mas vai ter aula. A outra situação que eu queria dizer. Falaram tanto, os esportistas estão todos vacinados, ninguém joga sem ter vacina, tá? Quem entra que tem que ser proibida a população. Outra coisa, eu vou bater também, agora eu vou abrir a minha boca porque não é só as pessoas que se acham no direito. Eu tenho três vacinas, já estou indo para a quarta vacina. O que eu queria falar é que eles têm direito, sim, 30% com distanciamento que está tendo. Todos os vereadores já estão vacinados. Eu acho que a gente tem que começar a agir de boa-fé de que o povo também acreditar que ele tem que se vacinar. O pastor está lá pedindo agora a situação lá do Sr. Presidente, a vacina para Jesus. Não vacinou, está lá agora. Obrigada. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Questão de ordem. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Questão de ordem solicitada pelo nobre vereador Paraná Filho. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Presidente. Eu quero fazer uma solicitação aqui. Eu acho que é muito justa, do ponto de vista de que todos aqui representam um determinado número de pessoas da sociedade. E que essas pessoas que votaram, por exemplo, no Lucão, no Tiago, no André e em mim, muitos deles, às vezes, eles querem assistir a sessão presencialmente. **ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Exatamente. **ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Então, veja bem, vereador Roselei, o apelo que faço a Vossa Excelência é que para a decisão



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

de que se nós vamos permitir ou não, não seja realizada dentro de suas salas a portas fechadas somente com a Mesa e sim que seja discutida durante a sessão, de forma pública, com todos os 21 vereadores e que cada um dos 21 vereadores possam votar. Se eles acham que tem que ser aberto ao público dentro de um limite, cumprindo protocolos ou não. Porque é muito fácil a pessoa falar que não quer, só que ela não vai lá na Tribuna e não vem aqui e fala que ela não quer que a população venha. Ela fala escondidinha lá dentro da sua sala, mas ela não tem coragem de vir ali e falar: "Eu sou contra o acesso da população aqui". Ela não tem coragem de falar isso. Mas lá dentro, lá dentro, a coisa muda. Então, gostaria de pedir a Vossa Excelência que essa decisão não fosse compartilhada, não fosse tomada somente pela Mesa, mas fosse compartilhada com os 21 vereadores. Porque tudo aquilo que acontece na Câmara, inclusive, o acesso à população, eu acho que diz respeito a cada um dos 21 vereadores e não somente à Mesa. Com todo respeito à Mesa. Nós sabemos que regimentalmente algumas situações, algumas situações são privativas da Mesa. Porém, o Plenário é soberano. Então, eu peço a Vossa Excelência. Me baseando na soberania do Plenário, na coerência, na razoabilidade do meu pedido, no compartilhamento, no respeito a todos os parlamentares que também têm direito a optar, peço a Vossa Excelência que essa decisão seja tomada durante a Sessão Ordinária, publicamente, com voto dos 21 vereadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO: Obrigado, Paraná, pela sua manifestação. Eu volto a dizer que nós temos uma Mesa Diretora. Eu vou levar o pedido de Vossa Excelência para a Mesa, e nós voltaremos a discutir aqui. Eu volto a dizer que eu sonho que essas portas estejam abertas e que a população possa participar com segurança, com tranquilidade. Infelizmente, nós tivemos esses problemas todos, mas eu não deixo de considerar a fala de Vossa Excelência, a fala da vereadora Neusa, outros vereadores que estão em silêncio, mas que gostariam de manifestar sua vontade. Então, nós vamos fazer sim uma reunião ampliada com a Mesa Diretora. E aquilo que a Casa... Eu não tenho problema nenhum com isso. Não tenho compromisso com o erro. Se duas pessoas, uma pessoa pode errar gravemente, mas 21 pessoas podem acertar de uma maneira muito justa para toda a população. Então, para mim, não tem problema nenhum. Vejo a palavra de Vossa Excelência com toda a tranquilidade, não me apavoro de nenhuma forma, porque penso que nós temos que pensar grande. Se os 21 vereadores pensam que a Câmara deve ser aberta, a Câmara será aberta, sem problema nenhum. Se tem uma presidência democrática aqui, essa presidência é representada por mim. Mas gostaria de antes disso fazer a conversa com a Mesa Diretora. Queria aproveitar a oportunidade de convidar a todos desta Casa. Nós recebemos aqui um convite do presidente, presidente que vai tomar posse do Tribunal de Contas do estado de São Paulo e convida a Casa: "O presidente do Tribunal de Contas do estado de São Paulo, a conselheira Cristiana de Castro Moraes, comunica que será realizada no dia 1º de fevereiro, às 11h, de forma virtual, Sessão Especial da transmissão dos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor aos conselheiros Dimas Ramalho, Sidney Estanislau Beraldo e Renato Martins Costa para o mandato de 2022. As cerimônias poderão ser acompanhadas em tempo real pela TV TCE e por meio do canal oficial do Tribunal de Contas do estado de São Paulo, no YouTube". O horário às 11h, terça-feira. Todos estão convidados a acompanhar. **GRANDE EXPEDIENTE** – **INSCRIÇÃO DE ORADORES** – **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO** - Agora, nós entraremos no Grande Expediente. O primeiro orador inscrito é o vereador André Rebello pelo tempo regimental de até dez minutos. Não fará uso da palavra. O segundo vereador é o vereador Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

FRANÇA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, povo de São Carlos. Nós não nos cansamos de ouvir e queremos ouvir mais e sempre mais que a chave da transformação deste ou de qualquer país é a educação e que a lei mais importante deste país, não há nenhuma outra senão a leitura. Sem educação, sem professor, não existe desenvolvimento, e vou além, não existe nação. Mas a gente fica estupefato com algumas situações que a gente traz aqui à Câmara Municipal, na qual tenho assento. E que se tratando de questões de relevância para a educação, levo ao Centro do Professorado Paulista, entidade da qual sou vice-presidente. Mas trago aqui essa discussão, porque isso é algo que afeta a todo o funcionalismo público de forma direta, a todo o país e a todas as entidades de representação do funcionalismo público, e aqui, no momento, na Câmara, temos o representante do Sindspam. Então, o que vamos falar daqui para a frente diz respeito também ao Sindspam porque diz respeito a todos os funcionários da prefeitura, uma parte, e aos professores da prefeitura, do estado, de outra parte. Aquele que... O inquilino do Palácio do Planalto, que atende pelo nome de Jair Messias Bolsonaro, encasquetou que quer dar aumento diferenciado para os servidores públicos da União. Então, ele quer dar aumento de salário para quem? Só para as Forças Armadas e para as polícias. Ora, não é só polícia e não é só... não são só as Forças Armadas que são importantes no funcionalismo público, outras categorias são. A que se rebelou primeiro foi a dos funcionários da Receita Federal, que foram pedindo exoneração dos cargos que ocupavam na secretaria, funcionários de carreira que são. O governo, às portas fechadas, tenta negociar com essa parte do funcionalismo, porque sem dinheiro, sem tutu, nada acontece. Mas os outros também querem, todo mundo quer, e foram para a rua recentemente. E isso traz um desdobramento muito grande, por quê? Porque se a Polícia Federal vai ter aumento, por que as polícias estaduais não vão ter aumento? E por que as polícias municipais não vão ter aumento de salário? Então, joga-se nas costas dos governadores, dos prefeitos, mas principalmente nas costas do servidor público abandonado pelo governo federal, que o ignora, que o discrimina e que acha que só o prato dos milicos tem que ser melhorado e os pratos da polícia, dos policiais, tem que ser melhorados. Ora, que história é essa? Que história é essa? Então, nós, do CPP, tiramos um documento de apoio aos funcionários públicos federais e alertamos que essa questão vai vir para o estado de São Paulo e para todos os estados, e a gente tem que estar junto, tem que estar solidário, tem que ir para a greve, tem que ir para o pau, tem que ir para as manifestações, as mais radicais, quer dizer, aquelas que vão mais na raiz, para combater esta situação. Mas as coisas não param aí. Jornal Folha de São Paulo de hoje, Caderno B, página 1, traz a seguinte manchete: "Governo de Jair Bolsonaro quer barrar reajuste de 33% no piso dos professores". Ora, a Lei nº 11.738, de 16/7/2008 foi uma grande conquista do magistério no Brasil. Uma lei que foi elaborada por anos e anos a fio, que foi idealizada por muitos militantes da educação. Em 2008, este sonho transformou-se em lei, e os professores do Brasil inteiro não podem receber menos do que aquilo que estabelece a Lei 11.738, de 16 de julho de 2008. No ano passado, não houve aumento na remuneração dos professores via tabela da Lei do Piso. Por quê? Porque a economia não cresceu a ponto de se ter algum reajuste. Então, agora, para 2022, haverá reajuste. De quanto? De 33% do piso do professor. Qual é o piso do professor hoje? É R\$ 2.886,24. Para quanto vai o piso? Para R\$ 3.845,34 para uma jornada de 40 horas semanais. Ora, já houve aqui no estado de São Paulo, que é o estado mais rico e que menos paga, já houve a situação do governador ter dado um abono para complementar o salário dos professores, salário base dos professores, por quê? Porque estava abaixo do piso nacional. Foi um drible. E conspiram para que esse drible seja



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

bem-sucedido, quem? Ministério Público, Tribunal de Justiça e mesmo as Cortes superiores. O estado de São Paulo paga o piso no piso, mas não cumpre a lei do piso. O estado de São Paulo está fora da lei. A cidade de São Carlos está dentro da lei. A cidade de São Carlos está dentro da lei. E o salário dos professores, o piso, tem que ir para isso. Qual que é a jogada brilhante do pai do Carlos, do Flávio e do Eduardo e de não sei quem mais? O 01, 02 [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** O senhor pode concluir, professor. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** É a seguinte, acabar com a Lei do Piso para não dar aumento para os professores. Os militares comem como os professores, os policiais comem como os professores. Por que eles podem ter aumento, e os professores não? Há mais, se a gente fosse ver a importância da profissão, um militar para chegar a ser militar teve que passar pelo banco de escola. Alguém lhe deu formação, alguém que foi mais importante do que o cargo que ele possa ocupar hoje. Tem que se remunerar os professores, aqui se remunera mal, tem que se remunerar bem os professores. E se a gente for ficar na importância dos cargos... Só para terminar [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Professor, o senhor está sem som. O senhor pode concluir, por favor? **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Vou concluir, estou com som? Somem-se todas as guerras das quais o Brasil participou, e vocês vão ver que poucos foram aqueles de farda que morreram. E os que morreram não foram aqueles que ganham altos salários e que metem medalha no peito, foi o coitadinho recrutado que foi para a linha de frente para morrer como boi de piranha. Professor merece respeito, educação merece respeito, e é por isso que eu estou aqui falando isso do meu país, do meu estado e da minha cidade. Muito obrigado. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, Prof. Azuaite Martins de França. Próximo vereador inscrito, vereador Ubirajara Teixeira, o Bira, pelo tempo regimental de até dez minutos. Bira? Bira está on-line. Bira fará uso da palavra? Passou a vez. Perfeito. Então eu convido o vereador Bruno Zancheta para fazer uso da palavra. **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Boa tarde, presidente, vereadores, vereadoras. Iniciando as sessões legislativas, mas nosso trabalho não para, né, vereador Tiago? Mesmo no recesso, toda a nossa equipe, nosso trabalho não para. Então, hoje é a nossa primeira sessão. Eu destaquei dois temas, três, na verdade, que queria trazer na tarde de hoje. O primeiro deles eu tenho certeza que é um tema comum dos vereadores, que é a questão da falta d'água. Olha, no final de semana, eu perdi a conta de quantas vezes o meu telefone tocou. Bruno, você está chutando bairros? Não. Eu vou falar alguns. Cidade Aracy 1, Aracy 2, São Carlos 8, Vila São José. Falei quatro. Posso falar muito mais. Santa Felícia. Eu gosto, vereador Tiago, de ser educado com as pessoas, porque eu acredito que as coisas nós resolvemos com educação, com trato. E foi isso que fiz com o Presidente do Saae. Conversei com ele, ele é sempre muito atencioso, mas não temos a solução. A população está cansada. Você sabe o que é chegar 1 hora da tarde no sábado, depois de ter trabalhado, por exemplo, uma pessoa que mandou mensagem, trabalhou no shopping a manhã toda, chegou 1 hora para tomar um banho, na Vila São José, não tinha água. Sabe que horas voltou a água? Você que está me ouvindo, sabe que horas a água voltou? Meia-noite e 26. Meia-noite e 26. Então, vereador Marquinho muito bem propôs uma audiência aqui na Câmara para a gente discutir um outro tema relacionado à Saae. Mas é algo que acredito que nós precisamos discutir mais. De novo, não estou aqui discutindo a competência do Marquezim. Não é isso que está em discussão aqui. É um servidor de carreira, e não é isso que estou discutindo. Estou discutindo que precisamos de uma saída. Estava chegando aqui, recebi uma ligação: "Bruno, sou aqui da Vila São José, está faltando água de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

novo. Faltou água no sábado, voltou na madrugada, faltou água no domingo, voltou na madrugada. Ontem faltou e agora está faltando de novo". Precisamos achar uma saída. E aí, presidente, queria chamar sua atenção, acredito que o vereador Paraná já falou sobre isso, que muitas vezes, nós protocolamos requerimentos aqui e parece que nós estamos falando com ninguém, com ninguém. Requer informações sobre a falta de água no bairro Jardim Munique. Um requerimento meu, vereador Lucão. Resposta do Saae. Aí fiz a primeira pergunta: O que tem sido feito para sanar a falta de água no bairro Munique? Acho que eu fui claro. Resposta do Saae: "Em resposta ao vereador, primeira resposta. O que tem sido feito para sanar a falta de água no Aracy". Não foi isso que perguntei. Estou falando de Munique, a resposta do Aracy. Presidente, as respostas, elas precisam ser... não pode ser resposta evasiva, estou falando do Munique, está me respondendo Aracy. Não foi isso que perguntei. Não pode ser. Porque falta água na cidade inteira. Então, é uma resposta só? Aquele Control + C, Control + V, é isso? Não podemos mais aceitar, Lucão, sabe por quê? Uma das nossas funções aqui é se colocar no lugar das pessoas, e eu me coloquei de uma das pessoas que me ligaram, que chegou de trabalhar, e a água faltou 12 horas depois. Ela me ligou era 5h18 da manhã: "Bruno, já acabou de novo, meu filho está chorando, que eu preciso dar mamadeira para ele". Eu acordei assustado, 5h18 da manhã, era ela. "Acabou de novo, meu filho quer tomar mamadeira, não tem". Olha, de novo, vou deixar isso bem claro para não falar que nós estamos falando de pessoas, nada contra o Marquezim, é um servidor muito competente. Mas está na hora da gestão, Lucão, de puxar a rédea, chamar para ela. O prefeito, enfim, toda a equipe, o prefeito sei que tem um amor pelo bairro Cidade Aracy, Tiago. Então, vamos demonstrar. Novamente, assim como ele demonstrou em várias oportunidades, esse amor pelo bairro, erradicando essa falta d'água. As pessoas não aguentam mais. Não aguentam mais. De novo, quando fui procurado, a gente se coloca no lugar das pessoas, Lucão. E por coincidência, no sábado à tarde, eu fiz uma visita para uma pessoa na Vila São José, ela falou: "Bruno, está faltando água". As pessoas estão entrando em contato comigo, é verdade. E eu passei a tarde toda na casa dela, até 6h, 7h da noite, e a água não tinha voltado ainda. Então, é fato, é verdade, as pessoas não estão exagerando, não. Então isso é muito triste. Novamente, é uma pessoa educada, é solícito, responde, é um servidor competente, mas precisamos de solução, Lucão, precisamos de solução. É o momento do gestor Marquezim mostrar. Olha, nós temos uma saída, nós temos a solução. Não dá mais, a população não aguenta mais. Então, esse recado que eu venho trazer, assim como Lucão fez na Audiência Pública de sexta-feira e fez muito bem, é até um desabafo. A gente se coloca no lugar das pessoas, não dá mais. Ah, porque choveu, ah, porque não choveu. Ah, porque está calor. Nós estamos falando da cidade da tecnologia, Lucão. A gente dá essa resposta para as pessoas: Ah, porque fez muito calor. Não dá. Outro assunto que preparei para trazer na tarde de hoje é um assunto, inclusive, que estou propondo, e quero já agradecer a Comissão de Saúde pelo apoio, uma Audiência Pública sobre o Sits. O que é o Sits? É o Serviço Integrado de Transporte Sanitário, faz a remoção dos nossos pacientes para cidades na nossa circunvizinhança, nos municípios próximos. Aí eu já trouxe esse tema aqui, mas eu vou voltar nele, Lucão, porque me chamou muita atenção. O gasto, o quanto nós gastamos com manutenção. No Sits, eu tinha essa informação e já trouxe ela aqui, e agora chegou para mim do Samu, Lucão. E nós tivemos aqui também uma Audiência Pública, infelizmente, não pude participar, acabei testando positivo para a covid, mas acompanhei de casa. E aí esses valores me chamaram muito a atenção. Esses valores que eu tenho aqui é de janeiro, mas não iniciou em janeiro, iniciamos



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

mais ou menos entre março e outubro do ano passado. Sits: R\$ 88 mil, só de manutenção. Samu: R\$ 177 mil. Eu vou repetir. Sits, 88 mil, Samu, R\$ 177 mil de manutenção. De março a outubro do ano passado, mais ou menos. Vamos arredondar a conta? Dez meses, Lucão? É 177 dividido por 10, 17.783,00. Eu fiquei, no mínimo, assustado. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Me concede um aparte? **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Por favor. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Sr. Vereador, eu estou também em meu gabinete juntamente com a minha assessoria fazendo análises referente ao custo da manutenção da frota da prefeitura. E é algo, assim, assustador, assustador. Vereador, dez horas de serviço para colocar uma sirene em uma viatura, 60 horas de serviço, 60 horas de serviço para colocar um para-choque em um veículo, 60 horas. Algo, algo está muito errado ali. Eu estou preparando, estou pegando os casos mais gritantes para mandar para o Ministério Público. Uma Kombi foi trocada, em menos de 30 dias, a caixa de direção, duas vezes. O valor dava para comprar dez caixas. Uma Amarok da Secretaria de Saúde, cada vez que ela vai para a mecânica é R\$ 40, 42 mil. O senhor está no caminho certo. Aí tem macuco nesse emborná. **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Obrigado pela contribuição, vereador. E é isso, quando vi esses números, os números são vultuosos, me chamaram a atenção. No mínimo, chamaram a atenção, vereador Malabim. O que me chamou atenção também, vereador Paraná falou com propriedade, é o número de vezes em que ela vai no mesmo local. É algo que, no mínimo, nos chama a atenção. Eu estou de olho nisso. Na segunda-feira, nós vamos discutir um pouquinho melhor exclusivamente a questão do Sits, R\$ 88 mil de manutenção. Se nós falarmos aqui, vereador Lucão, 88 com 177, 250 mil, uma viatura nova, que é o que a equipe do Samu, do Sits, tanto precisa, viaturas novas. Uma viatura de pequeno porte hoje, eu fui pesquisar, 125, 130 mil, 1 viatura cada um. Então, é algo para olharmos com carinho. Secretário de Saúde Marcos Palermo, com certeza, deve estar nos ouvindo, ele tem esses números, é claro. Foi ele quem... A secretaria quem me respondeu, vereador Malabim, é algo que precisamos olhar com um pouco mais de atenção, é algo que nos deixa no mínimo preocupado. Nós estamos aqui discutindo tanto essa questão do Samu, e necessita, é claro, a questão do Sits. E aí nós olhamos gastos vultuosos como esse, é algo que no mínimo, no mínimo, nos chama a atenção. Na próxima segunda-feira, já utilizo esse espaço para convidar os vereadores, nós faremos uma Audiência Pública para discutir a questão do Sits e entender um pouquinho melhor dos servidores. Eu visitei o Sits, eu vou depois falar um pouquinho melhor sobre isso, mas já comentei com o vereador Lucão. Algumas ambulâncias, eu vou citar uma, para não ser injusto, amarrado com cadarço. Mas vamos deixar esse tema para segunda, esse é um tema para segunda. Então, era isso, esses dois temas que queria trazer na tarde de hoje. E para finalizar, presidente, me concede um minutinho a mais só para finalizar. Quero... **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Pode finalizar. **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Quero agradecer publicamente os vereadores pela confiança. Logo no meu primeiro mandato, eu fui escolhido o membro da CPI da Saúde. E acredito que isso, vereador Dé, vereadora Neusa, que foram membros comigo, vereador Elton, relator, presidente Marquinho Amaral, isso nos enche de responsabilidade. Então, quero agradecer os vereadores pela confiança. Dei o melhor que podia. Foram várias oitivas. E esse relatório final tem um pouquinho da contribuição de cada um de nós e, claro, de todo o Legislativo. Acredito que esse é o nosso papel aqui também, e nós não podemos nos furtar da nossa responsabilidade. Muito obrigado, presidente. [falas sobrepostas]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vereador Bruno Zancheta. Questão de ordem. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Questão de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

ordem, Sr. Presidente. Só para complementar, na verdade, quando eu falo da discrepância daquilo que nós estamos apurando em relação à manutenção dos veículos, acabei deixando de falar. Mas essa situação do para-choque, Sr. Presidente, o para-choque da viatura custou R\$ 600, isso está lá no documento. O para-choque, vereador Bruno, custou R\$ 600. A mão de obra do para-choque custou R\$ 5 mil, R\$ 5 mil. Mas sabe por quê? Porque ali na mão de obra você coloca quantas horas você quiser, a complexidade do serviço é um tanto quanto subjetiva. É da onde você consegue arrancar um qualquerzinho, né? Então, veja só a discrepância, vereador. Enquanto o para-choque custou 600, a mão de obra para instalar custou R\$ 5 mil. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Paraná Filho. Convido agora a vereadora Cidinha do Oncológico para o uso da palavra. Não vai usar? Não? Dé Alvim então, pelo tempo regimental de dez minutos. Vereador Dé Alvim tem a palavra. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Sr. Presidente, vereador Roselei, vereadores, população que nos acompanha, a imprensa presente. Sr. Presidente, hoje, eu quero aqui fazer um agradecimento. Agradecer todos os vereadores que no dia 23 pôde votar a doação das terras para as escolas estaduais em nosso município. Cumprimentar a dirigente Débora, nossa dirigente estadual de ensino, e pelo seu empenho, pela sua luta junto, o prefeito Airton Garcia, junto com o Carneirinho e Vossa Excelência, que é o presidente dessa Casa, vereador Roselei, estiveram em São Paulo. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Está sem microfone? Falar mais próximo do microfone, Dé, por favor. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Sr. Presidente, quero cumprimentar Vossa Excelência, junto com o prefeito Airton Garcia, junto com o Carneiro, chefe de gabinete, que estiveram em São Paulo junto com a dirigente Débora. No primeiro momento, fizeram uma reunião com o subsecretário, se não me engano, Alexandre Patrick. Ali, fizeram algumas tratativas. Eu não poderia deixar de agradecer o trabalho do secretário de Obras, João Muller. Não poderia deixar de agradecer o Will, que é o nosso secretário de Habitação, junto com o nosso secretário de Governo, Dr. Edson Fermiano. Que fizeram um esforço para que nós possamos, e já está concretizado essas cinco novas escolas para a cidade de São Carlos. Além disso, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar Vossa Excelência, no decorrer desse trabalho que Vossa Excelência, junto com o nosso secretário de Governo, Dr. Edson Fermiano, trabalharam tanto para chegar nesta Casa, para que nós possamos votar em tempo recorde, no dia 23 de dezembro, para nós conseguirmos essas escolas. Vossa Excelência ainda acrescentou algo mais: uma creche em Santa Eudóxia. E o secretário Rossieli, que eu quero aqui cumprimentar e agradecer, se colocou à disposição para ajudar a população de São Carlos e, mais uma vez, aquele distrito, com uma creche. Pediu para que a prefeitura possa fazer levantamento da área, possa apontar toda a documentação para que ele possa atender o pedido de Vossa Excelência e a construção de uma creche no distrito de Santa Eudóxia. Se não me engano, quero aqui cumprimentar o vereador Azuaite, que fez lá um discurso muito bonito no dia junto com o secretário, lembrando, se não me engano, foi em 82, quando São Carlos recebeu o maior número de escolas naquela época, a partir do governo Montoro, do governo Montoro, eleito em 82. E o vereador Azuaite, com muita propriedade, fez lá o agradecimento ao secretário da Educação, Rossieli. Que o governo Montoro, foram quatro ou cinco escolas durante a sua gestão, e, desta vez, o nosso secretário de estado da Educação, Rossieli, está mandando para São Carlos, de uma vez, só cinco escolas. E tem mais uma ainda, vereadora Neusa, no Abdelnur, que está levantando a área, seis, mais uma creche em Santa Eudóxia. Então, não poderia deixar aqui de cumprimentar e agradecer o prefeito Airton Garcia, o seu chefe de gabinete, Carneirinho, o vereador e



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

presidente desta Casa, Roselei, e a nossa dirigente de ensino estadual, a Débora. Porque... E nossa secretária também, a Vanda, que junto com o Will, com o secretário de Obras, João Muller, fizeram levantamento das áreas para que pudesse chegar nesta Casa. Inclusive, o secretário disse, viu, vereador Roselei, que faltam alguns documentos ainda para serem entregues para acabar de concluir essas escolas. Quero aqui agradecer o nosso deputado Alexandre Pereira, que destinou mais uma emenda parlamentar para a cidade de São Carlos, o qual já foi concluso no valor de 250 mil uma licitação para a compra de cinco veículos, que já está pronto para ser comprado, para entregar um veículo em cada Unidade de Saúde da Família do grande Cidade Aracy. Isso vai beneficiar muito aquela população, aquela pessoa de idade que está lá na casa, que não consegue ir até a unidade de saúde. O agente de saúde vai poder pegar esse veículo e visitar aquele paciente, ou vai poder levar um médico até aquele paciente, ou vai poder pegar aquele paciente e trazer até a Unidade de Saúde da Família, para fazer ali o trabalho de prevenção. Esse é o nosso trabalho. Entreguei um ofício pedindo ao deputado Paulinho da Força mais R\$ 500 mil para a compra de mais um aparelho raio x para o grande Cidade Aracy, de mais um eletrocardiograma e também para custeio na área da saúde. Ele me diz que vai ser atendido também o nosso pedido este ano para a cidade de São Carlos. Então, Sr. Presidente, eu acho, se nós somarmos esforços, todos os vereadores dessa Casa, se nós trabalharmos juntos aos nossos deputados estaduais, como o vereador Dmitri tem trabalhado bastante junto ao Murilo, trazendo recurso para a cidade de São Carlos, vereador Lucão tem trabalhado junto ao deputado Jefferson, vereador Roselei tem procurado os deputados, além de deputado, tem procurado secretários estaduais, trazendo recurso para a cidade de São Carlos, vereador Bruno, vereador Malabim, esses dias, protocolou lá no grupo de vereadores feliz que estava assinando junto com a Caixa lá, R\$ 500 mil, ele e o vereador Elton, para custeio na área da saúde. Então, isso é muito importante. É a união para a cidade de São Carlos. Não é o partido A, B, C ou D. Eu acho que quando a cidade... A gente tem que parar é de muita conversa e já falei isso para o próprio secretário da Saúde. Falei: Palermo, tem que ser mais determinando, a gente tem que parar um pouco de muita conversa, senão você conversa hoje, conversa amanhã, conversa depois, e fica só na conversa. Quando a gente tem que cobrar, eu falei para ele, secretário, a gente cobra, mas quando tem que fazer elogio, a gente faz. Então, o senhor ainda está devendo teste em massa lá no Cidade Aracy, uma repartição pública da Saúde, onde vai fazer lá de testagem lá, está devendo lá. O senhor está devendo algumas coisas que foi comprometida e o senhor ainda não fez. Isso eu liguei para ele e falei com muita tranquilidade. Ele disse: "Olha, eu vou usar um espaço lá no Centro da Juventude. Tem uma sala lá. Nós vamos montar a testagem lá". Não foi montado ainda. Então, a gente não pode ficar só na conversa, só na conversa, só na conversa, que o tempo passa, e o povo vai sofrendo. Então, eu tenho certeza que o prefeito Airton tem um carinho muito grande por aquela região e pela cidade de São Carlos e que vai cobrar o secretário Palermo para que essas coisas possam acontecer na nossa cidade. Então, Sr. Presidente, eu acho que... Liguei para o Mariel, falei: Mariel, olha, a cidade está um pouco... o mato está meio crescido, a gente precisa montar as equipes. Então, a gente precisa montar, Mariel, as equipes para que possa limpar a cidade. A cidade está em uma situação, o mato está crescendo bastante. Tem uma obra, que é o parque linear de 2,5 quilômetros lá do grande Cidade Aracy. Iniciou a limpeza hoje para que o Muller possa iniciar a obra com a empresa que ganhou a licitação. Mas a cidade, nós precisamos, porque isso também é saúde. Isso cria insetos, isso traz um transtorno para a população. Então, nós precisamos trabalhar no sentido de ajudar a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

cidade. Eu acho que o Mariel entendeu. Ele diz que realmente estava com 15 pessoas da empresa que estavam com covid, por isso não conseguiu entrar no momento certo, na hora certa para limpeza da cidade. Mas que estava retomando essa semana toda a limpeza da cidade, inclusive, das marginais. Eu acho que tem algumas unidades de saúde que estão com a braquiária muito alta. Eu acho que o Palermo, são contratos diferentes, ele tem que mandar as equipes limpar essas Unidades de Saúde da Família, as Unidades de Saúde da cidade. Porque a gente chega lá para tomar vacina, viu, Gustavo, as pessoas reclamam: "Vereador, olha que situação que está". Então, fica difícil. Então, uma coisa está relacionada à outra. Eu acho que são contratos diferentes, mas é uma prefeitura só. É que nem o tapa-buraco. Tem o buraco do Saae aqui, o da prefeitura aqui, um pula o outro. Não posso fazer porque são contratos diferentes. Então, eu acho que isso, precisava ter uma junção no gabinete de governo, Dr. Edson [interrupção no áudio]. Só para concluir, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** O senhor pode concluir. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Eu acho que o Dr. Edson, pela habilidade que tem, pelo grande secretário que é, e o Carneiro, chamar o Saae, chamar a prefeitura para que possa ter essa reunião. Eu acho que a prefeitura é uma só, eu acho que tem que ter o tapa-buraco, quando for fazer uma só, só que são contratos diferentes. Então, só quem é ordenador de despesa sabe como pode fazer isso e sabe qual é o melhor caminho para encontrar na cidade. Entendeu, Sr. Presidente? Era isso nesse momento. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Dé Alvim. Solicito agora, passo a palavra ao vereador Dimitri Sean, pelo tempo regimental de até dez minutos. E eu peço um pouquinho de paciência para o pessoal que está na sala on-line, que terei que reiniciar o meu computador aqui que está dando problema, tá? Mas o Dimitri pode ir fazendo uso da palavra que eles estão tendo acesso lá. A Raquel está acompanhando aqui. Qualquer coisa, só chamar a nossa secretaria Raquel, tudo bem? Pessoal que está on-line. Então, o senhor tem a palavra pelo tempo regimental de até dez minutos. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde aos demais colegas vereadores, às pessoas que nos acompanham, servidores dessa Casa, a imprensa, de modo geral, boa tarde a todos. Sr. Presidente, é claro que o assunto central aqui é a pandemia. Não poderia deixar de ser, inclusive. Há mais de um ano, reiteradamente, os vereadores vêm até aqui, até essa Tribuna, para tratar de assuntos relacionados à pandemia com toda a razão, já que esse é o assunto que nos preocupa e volta a nos preocupar. Depois de um momento de menor número de casos e de mortes, infelizmente, o novo aumento de casos sem precedentes. Vivemos momentos de toda a pandemia onde há maior número de pessoas contaminadas por essa nova variante. Agora, eu quero tratar de um assunto relacionado a isso, indiretamente, porque é claro que todos nós temos que estar preocupados com a saúde, com a ocupação dos leitos que volta a subir e volta a preocupar, volta a deixar todos apreensivos. Será que faltarão leitos, como ocorreu no ano passado, que as pessoas precisavam de vagas na UTI e ficavam aguardando no Cross sem o seu leito. Essa é uma preocupação muito grande. Mas hoje quero mais especificamente tratar de um assunto do pós-pandemia. Porque eu acredito e todos nós aqui acreditamos que em algum momento essa pandemia vai passar. Nós queremos que isso aconteça o quanto antes. E claro, enquanto não acontecer, todos nos mantemos vigilantes e preocupados. Mas no momento que essa pandemia passar, nós temos que ter uma preocupação muito grande com a economia, com a retomada econômica. Nós vemos diversas matérias na imprensa, o número de desemprego. Aliás, para saber que isso está ocorrendo não precisamos nem recorrer à imprensa. Temos amigos, conhecidos, familiares, que perderam emprego, que fecharam seus



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

negócios e que enfrentam dificuldades econômicas muito grandes em decorrência também da pandemia. Então, por isso, há algum tempo, eu venho conversando com a prefeitura, pensando em medidas para fomentar a retomada da economia no momento de pós-pandemia. E é por isso que venho aqui anunciar ao Sr. Presidente, aos demais colegas vereadores, que depois de muitas conversas com o Poder Executivo, com algumas pessoas daqui do Legislativo, eu proporia ainda nessa semana um projeto de lei de iniciativa desta Casa que fomenta a atividade econômica no nosso município. E de que forma que isso ocorrerá, de acordo com esse projeto, de acordo com essa proposta? A gente sabe que as empresas pagam ICMS ao governo do estado e que por lei, a repartição dos impostos, o município recebe uma parte, uma cota parte do que o empresário, que a empresa paga ao estado volta para o município. De forma muito parecida com o que ocorre com o IPVA, que é pago ao governo do estado e que parte volta ao município. E essa lei que venho propor, ela já existe em outros municípios e foi muito bem-sucedida, que é uma lei que devolve parte do que o empresário pagar de ICMS na sua empresa, parte da cota parte que o município recebe de volta para o empresário, com a condição de que aquele recurso seja investido novamente no aumento da produção. Então, a gente não está falando em ajudar o empresário para ele distribuir lucro para a empresa dele, distribuir lucro para os sócios e ficar com esse dinheiro. Não é isso. Da forma como foi implementado, por exemplo, em Limeira, que já existe essa lei lá. A lei municipal, ela obriga que o empresário que quiser aderir a esse programa de receber parte do ICMS que pagou de volta para a sua empresa, ele precisa assumir um compromisso com o seu município, como geração de emprego, como ampliação da sua produção. Então, há uma série de critérios que as empresas precisam cumprir para que tenham direito a receber essa cota parte, parte do que pagou do ICMS de volta para a sua empresa. Conversei aqui no jurídico da Casa, com o Dr. Fábio, muito competente sempre, preocupado com a opinião dele. Ele diz que no entendimento dele há sim, iniciativa, é possível que seja feita a iniciativa dos vereadores nisso. Não só do Poder Executivo. Aliás, nas palavras dele, há uma competência concorrente, tanto o vereador quanto a prefeitura, pode propor projetos dessa natureza. Inclusive, que o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo já tem esse entendimento. Então, essa é uma forma que eu encontrei, busquei em cidades vizinhas de implementar aqui no nosso município, de fomentar a economia, de fazer com que o imposto volte para as empresas, mas de forma que ele seja reinvestido na própria empresa, na própria economia. Então, que haja uma geração de novos empregos. Para o empresário pegar e ter direito a esse programa, ele precisa aumentar o número dele, precisa contratar, precisa aumentar o número de funcionários que tem na empresa dele, ele precisa aumentar a produção, aumentar a base instalada na indústria dele. Então, essa é uma forma de nós tentarmos amenizar. Sabemos que um problema muito grande será gerado e que as consequências econômicas de tudo o que nós vivemos na área de saúde vai estar com a gente por muito tempo. Serão anos e anos e anos necessários ainda para que a economia possa, de alguma forma, se recuperar de tudo o que aconteceu. Mas pelo menos uma pequena medida para auxiliar, para fomentar a contratação, para fomentar a produção do nosso município, eu estarei propondo aqui. Claro que para que isso se torne realidade dependerá da análise das comissões dessa Casa, dependerá da análise dos demais vereadores, se acham que o projeto tem ou não legitimidade, se deve ou não ser aprovado. Mas essa é uma forma de nós tentarmos ajudar a recuperação das empresas da nossa cidade. Claro que isso não resolve todo o problema. O estrago que foi causado na economia por conta dessa pandemia é sem precedentes na história do nosso planeta, na



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

história do planeta, sem precedentes. E muitos setores foram prejudicados de tal forma que talvez nem em dez anos consigam reestabelecer os níveis da pré-pandemia. Mas nós temos que buscar medidas, sim, para tentar ajudar. E claro, falei ainda com o secretário de Governo sobre o assunto. E que além dessa iniciativa que será proposta pela Câmara Municipal de São Carlos, que o Poder Executivo deveria buscar outras medidas para fomentar, para ajudar na recuperação, para trazer empresas para a cidade de São Carlos. É isso que tem que acontecer. O Poder Executivo tem que ser ativo, tem que buscar. Nesse momento de retomada ou quando o momento de retomada chegar, para buscar empresas. Faz tempo que não vejo uma empresa de grande porte se instalando na cidade de São Carlos. E a gente sabe que essas empresas, quando chegam, além de gerar centenas de empregos, talvez, dependendo do porte da empresa, alguns milhares de empregos, ela também paga imposto, paga ISS para o município. Então, só com novas empresas chegando é que é possível que parte dos problemas econômicos sejam superados. Então, Sr. Presidente, eu quis usar esse tempo para tratar desse assunto, para dizer que farei uma proposta para ajudar, incentivar as empresas, o empresariado da cidade de São Carlos. E reforçando, essa proposta, ela não vem no sentido de que o empresário receba uma ajuda para distribuir lucro, para colocar dinheiro no bolso. Não é isso. É amarrado com o compromisso de reinvestir na própria indústria, de gerar novos empregos para a cidade. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Um aparte. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Por favor, professora. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Acho interessante principalmente que é uma solução, principalmente para a Secretaria de Emprego e Renda dar uma força nessa situação. Como você fala, o retorno com aumento de proposta de novos empregos, e uma situação melhor, porque o que nós estamos enfrentando é absurdo. Não sei para que serve essa Secretaria de Emprego e Renda se não emprega ninguém. É tudo seis meses, um monte de cidadãos desempregados. Já pedi um monte de vezes para fazer as reuniões com as empresas, para solicitar um novo atendimento. Tem startup, no caso do [ininteligível] e outras lá que dão parecer de como fazer essas pontes. Eu acho excelente essa ideia. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Obrigado, professora. E no momento oportuno eu vou trazer os números de Limeira, por exemplo, para mostrar que a cidade não perde recursos, não perde dinheiro de impostos com essa iniciativa, com um projeto como esse. Na verdade, ganha, porque atrai mais investimentos para a cidade, aumenta a produtividade das empresas, consequentemente, elas vão pagar mais impostos. Claro, elas estão recebendo parte, mas estão pagando mais do que pagavam antes. Então, no final das contas, o município também arrecada mais, aumenta a arrecadação, e é bom para a cidade. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Muito bem. Muito bem, vereador Dmitri, parabéns pela fala. Eu acho que é um momento oportuno em tratar essa questão do desenvolvimento econômico, da retomada do crescimento. Prof. Azuaite vem tentando trabalhar esse tema também junto com algumas entidades que atuam nesse setor. É muito bem-vindo. E a Câmara mais uma vez cumpre seu papel para ajudar o município do desenvolvimento, na geração de emprego e renda, nas oportunidades. Eu passo a palavra agora ao vereador Djalma Nery pelo tempo regimental de até dez minutos. [troca de presidência]. **VEREADOR DJALMA NERY:** Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos e todas... Aí, agora sim. Também não estou vendo o meu tempo aqui, mas qualquer coisa vocês me avisam, tá? Eu quero, primeiro, desejar um bom início de sessão legislativa nesse ano de 2022 para os meus colegas, para as minhas colegas. Que a gente possa prestar um trabalho relevante para o município de São Carlos, com transparência, com afinco, com dedicação, as



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

quais tenho certeza que a gente tem condições de oferecer para os munícipes. Desejo também para a prefeitura, enquanto gestores públicos, e para todos os cidadãos, para todas as cidadãs de São Carlos, um início feliz de ano, apesar das dificuldades, apesar de muitos pesares que a gente está vivendo, não só no nosso país mas no mundo todo, como o Dimitri bem lembrou. Bom, eu gostaria de começar a minha fala hoje mencionando aquele que para mim é o assunto mais grave do momento, que é a questão de saúde. A gente tem visto com muita preocupação uma série de problemas relacionados à saúde. E não posso deixar de mencioná-los no sentido de tentar colaborar, sensibilizar o Poder Executivo, a prefeitura, que é a principal responsável pela gestão do poder, da administração pública, para que a gente busque soluções. Parece que a gente vem falando sobre isso há bastante tempo e pouca coisa acontece. O vereador Dé lembrou, inclusive, um compromisso do secretário de Saúde em abrir um centro de testagem, triagem, ali na zona sul de São Carlos que até hoje não aconteceu. Quase dez meses depois de uma reunião, na qual inclusive, o nosso presidente, Roselei França, junto com o secretário de Saúde, com o vice-prefeito, estavam presentes. E que, de fato, isso ainda não aconteceu e faz muita falta para garantir uma logística de testagem e triagem correta. E esse é o primeiro ponto que quero falar. Nós temos ainda um único local para testar ainda as pessoas, que é o ginásio Milton Olaio Filho. Inclusive, agora, faltam testes. É muito estranho porque quando você analisa municípios vizinhos, é claro que a demanda por testes cresceu no Brasil todo com essa nova onda. Porém, os impactos desse aumento de número de casos em São Carlos parece mais graves do que municípios vizinhos. Não tem as mesmas restrições de testagem que São Carlos está impondo agora de só testar, por exemplo, pessoas com comorbidade. E o pior de tudo, faz isso sem comunicar os munícipes, sem comunicar o cidadão, a cidadã, que vai até o local e depois descobre lá que não pode ser testado. A primeira divulgação oficial que ouvi disso foi ontem no site da prefeitura. Centenas de pessoas, certamente, foram até o ginásio e não conseguiram se testar, por uma falha de comunicação da prefeitura, isso é muito grave. Além disso, temos a questão da vacinação para crianças de 5 a 11 anos, que está atrasada em São Carlos com relação a outros municípios. Cidades vizinhas, como Rio Claro, Ibaté, Araraquara, já estão disponibilizando a vacina para toda a faixa, um espectro maior da faixa etária. Enquanto, São Carlos, salvo engano, começou hoje a vacinar 10 anos de idade. Então, novamente, o que está acontecendo? É um problema de articulação política? Faltam vacinas? Falta gestão? Nós precisamos, de fato, entender onde que está o gargalo desse problema. Além disso, outro ponto que nós vamos ter que debater, que é essa questão que, na verdade, já vem se arrastando há bastante tempo, que é a terceirização da saúde em São Carlos, o desmonte das políticas públicas de saúde. Cada vez mais a gestão da saúde tem sido entregue às organizações sociais. Aqui em São Carlos, a Omesc tem cada vez mais feito gestão de unidades de saúde. Isso traz uma série de problemas, a falta de um controle mais assertivo da administração pública, a falta de transparência nas escalas dos médicos, inclusive, transparência. Nós temos aqui em São Carlos 126 cargos vagos de médicos no município. Isso quer dizer, cargos já autorizados pelo Poder Legislativo, só falta realizar o concurso e convocar os profissionais. E nós temos uma fila gigantesca. Todas as pessoas que precisam de um atendimento médico passam, no mínimo, três, quatro horas. Eu mesmo recentemente precisei de um atendimento. Ao todo, fiquei oito horas aguardando um atendimento na UPA e depois na Santa Casa. É um processo realmente que é inaceitável, pensando que a saúde pública é um direito previsto na Constituição e outros marcos jurídicos legislativos do nosso país. E além disso, a própria Prefeitura de São Carlos desrespeita protocolos que estabelece.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Aí quero trazer aqui publicamente uma denúncia que já fiz para a ouvidoria do município, que é a seguinte. A Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas estabeleceu em uma circular interna, Circular número 2 de 2022, alguns protocolos para garantir a segurança e a saúde dos servidores públicos. E um deles era que em qualquer repartição pública com casos de covid, essa repartição seria fechada por, no mínimo, quatro dias para desinfecção do local. O que acontece é que isso não está sendo seguido. Isso está sendo solenemente ignorado. Nós já tivemos uma série de notificações de casos na Secretaria Municipal de Habitação, na Fundação Pró-Memória, em escolas, onde as pessoas fazem uma desinfecção rápida e no dia seguinte já estão trabalhando. Aí me pergunto: como a gente quer que o municípe, o cidadão siga regras, se nem o poder público é capaz de seguir as regras que ele mesmo cria? Isso é muito grave. Estou solicitando que os responsáveis pelas unidades citadas e outras que estão não seguindo a circular sejam responsabilizados. Os gestores têm uma obrigação, eles não podem fazer as regras valerem só de cá para lá, tem que valer para todo mundo. Não dá para eles, uma coisa, e para nós, outra. Então, é muito grave isso que está acontecendo também. E estou aqui aproveitando para cobrar publicamente uma solução da prefeitura. Quero entrar em uma outra temática que fiquei de falar hoje aqui também, que é relacionada à questão dos resíduos no município. Nós vemos, desde o início do mandato no ano passado, a gente tem cobrado profundamente soluções, nós temos um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos aprovada no município. Realizamos uma Audiência Pública, ficamos de montar um grupo de trabalho junto com a Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Serviços Públicos para poder acompanhar a implementação desse plano, que tem que sair do papel, não pode ser só teoria. Mas o fato é que a cidade de São Carlos virou um lixão. Em várias... em todo bairro, tem dois, três, quatro pontos de descarte irregular de resíduos. E os descartes são feitos à luz do dia. As pessoas vão lá, às vezes com carro, carriola, jogam entulho, jogam materiais recicláveis. Periodicamente, a prefeitura vai lá e recolhe, mas são locais conhecidos. Nós já denunciemos para Ministério Público, já fizemos outras falas aqui. E parece mais uma vez que por falta de planejamento, de gestão, isso parece estar na raiz dessa administração pública. É um grupo. Aí quero pedir licença aqui pelo desabafo, que além da desqualificação técnica de grande parte dos gestores de primeiro escalão, parece que não têm um compromisso com o serviço de qualidade e excelência para o cidadão. E aí não consegue pensar a longo prazo, sequer a médio prazo, e a gente fica refém dessas situações como essas que a gente está vivendo aqui com a cidade. Hoje mesmo passou no jornal os pontos em falha, zeladoria urbana, o mato está alto, tem descarte irregular de resíduos, falta de investimento. Nós aprovamos ano passado, eu fui contra, mas a Casa aprovou a lei orçamentária. E nós denunciemos no momento que não havia recursos previstos para implementação do Plano de Gestão de Resíduos do município. Como que a gente quer implementar uma política pública sem resíduos, presidente? É impossível. Nós precisamos... Sem recursos? Nós precisamos de recursos para implementar uma política pública. E recursos, inclusive, para financiar ações de educação ambiental e sensibilização nos bairros, de busca de soluções técnicas, de ampliação dos ecopontos, de fortalecimento da cooperativa, enfim. São muitas soluções. Então, por hoje, esses eram os pontos que eu queria mencionar. Eu vou reiterar o meu desejo de que tenhamos um ano produtivo no Legislativo em São Carlos. Legislativo tem uma função institucional de cobrar o Poder Executivo para cumprir com o seu trabalho. A população precisa de nós, porque, infelizmente, essa gestão do Poder Executivo parece que está consumida por conflitos internos e não consegue dar respostas concretas às demandas da população. É isso.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

PRESIDENTE ROBERTINHO MORI: Obrigado, Djalma, pelas palavras. O próximo inscrito é o vereador Elton Carvalho, pelo tempo regimental de até dez minutos.

VEREADOR ELTON CARVALHO: Presidente, vereadora, vereadores, a quem está aqui no Plenário hoje, quem nos assiste de casa. Sr. Presidente, hoje eu trago um assunto que é pandemia. Hoje, nós falamos de covid. E nós, vereadores, estamos aqui às vezes, muitas vezes, fazendo papel de gestão da Secretaria de Saúde. Nós trazemos o problema para a Casa, nós chamamos Audiências Públicas, se propõe, se faz propostas aqui de melhorias, e nada se cumpre. Está chegando a ser vergonhoso o que nós, vereadores, aqui estamos tentando organizar a gestão da Secretaria de Saúde, tentando ajudar a resolver, e o nosso secretário nada se cumpre. Dia 6, nós fizemos a Audiência Pública aqui, nós colocamos várias propostas, ele aqui acordou, nós fizemos compromissos, e até hoje, nada, Sr. Presidente, nada. Ficou de se abrir dois pontos de testagem, no Aracy e no Santa Felícia. São pessoas de oito a dez horas esperando em uma fila para um atendimento no Milton Olaio. As pessoas estão... Nós vamos ter daqui a uns dias situações muito piores do que estamos passando, porque as pessoas não querem ficar lá oito, nove, dez horas, para muitas vezes entrar, como hoje teve denúncias, de ser mal atendido, de não seguir protocolo. Médicos de Omesc, de terceirizada, atendendo a pessoa, a pessoa com sintoma gripal, mas não tem comorbidade, porque agora, não tem teste para todos mais, está dando um dia de atestado. A pessoa fica de oito a dez horas em uma fila e pega um dia de atestado. Ela volta para casa, a empresa fala: "Você está com síndrome gripal, você não pode trabalhar". Ela volta para lá, fica oito a dez horas para pegar outro atestado de sete horas. Então, será que ninguém sabe que o protocolo é sintomas gripais sete dias? Hoje, liguei na vigilância: "Não, Elton, o protocolo existe". Mas não tem a gestão de se passar um ofício, de se passar uma circular. Daqui a uns dias, nós vamos ter uma calamidade. Hoje, tem 18 pessoas esperando leito. Nós vamos ter muito mais, porque o que se fala não garante. Precisava estar testando milhares... mil, 2 mil pessoas por dia em São Carlos. Porque se nós tivermos 700 pessoas, 700 casos positivos em um dia em São Carlos, só não tem 1.500, 2 mil porque não está testando. Araraquara que é menor de São Carlos, está com 1.900, 1.800, mas está testando. Fez outra audiência aqui sobre Samu. Samu é importantíssimo. Em São Carlos, em uma pandemia, no atendimento de covid, ficou de se fazer uma reunião com os integrantes do Samu para poder voltar o terceiro integrante. Vereador Lucão Fernandes, conversou com o senhor? Comigo não. Então, só fica no disse, não me disse. Nada se cumpre. Será que ninguém do governo está vendo isso? Que nós estamos aqui para colaborar e apoiar no que é correto. Agora, o vereador Bruno quer propor aqui um problema que nós todos sabemos e, muitas vezes, vamos lá conversar e ver qual é o problema, que é o Sits, transporte social. Aí o vereador Bruno vai chamar uma Audiência Pública, vereador. Será que o que nós vamos discutir aqui vai se resolver? Vai tirar proposta? A última reunião sobre leitos faltou pessoas do governo para resolver. Ficamos aqui duas, três horas, vereador Bira falou para mim assim: "Você não vai fazer uma fala?". Falei: Não me sinto. Não me sinto à vontade. Então, muitas vezes, a gente fica aqui frustrado, e eu quero falar com o governo, que precisa ver o que está acontecendo. Porque se eu falo, não precisa nem escrever, eu cumpro, eu cumpro. Mas não vou acordar e não vou estar com quem não cumpre o que fala. A população está padecendo. E eu quero fazer um encaminhamento verbal ao presidente da Câmara, ao vereador Lucão Fernandes, presidente da Comissão de Saúde, que o que foi proposto e o que foi tratado aqui pela Secretaria de Saúde, que o secretário, que o governo nos traga uma resposta do que vai ser feito. Porque hoje há um comentário que



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

talvez vai se fechar a UPA Santa Felícia para atender casos covid, que ia fazer na parte de baixo, que ia fazer no Centro da Juventude do Aracy. Mas no dia 6 que foi proposto isso aqui, eu estava aqui, o presidente da Comissão de Saúde estava aqui, dia 16, amanhã, faz 20 dias, 20 dias. Se abrir 6 leitos, 5 leitos de UTI, gente, está na cara que não vai dar conta, a contaminação está aí. Essas pessoas não estão sendo isoladas. As pessoas não ficam... Eu, por dia, 20 a 30 pessoas me chamam, falam: "Elton, não vou ficar oito a dez horas no Milton Olaio". E quando ficam, pegam um dia de atestado. Cadê o protocolo? Não existe circular. Outra coisa preocupante, Sr. Presidente. Hoje tive um contato com a vigilância e questionei quantas vacinas a gente tem, vacinas pediátricas para ser feita em criança. Nós temos 14 mil vacinas no município neste momento. Há o interesse da vigilância em fazer a vacina das crianças acima de 5 anos a 11 anos, por que se não faz? Parece que tudo dificulta. A atenção básica fala que não dá conta. E as unidades de saúde estão fazendo o quê? Precisamos abrir mais pontos de vacinação. Os pais querem vacinar e os pais que não querem vacinar não vacinam, mas temos que dar essa oportunidade de ter a vacina. Temos 14 mil vacinas hoje para fazer nessas crianças. Essas vacinas que são da Coronovac pode ser feito de crianças de 6 a 12 anos. Se não tem a que faz de 5, abre de 6 a 12. Qual que é a dificuldade? Dr. Edson, Carneirinho, quem está próximo ao prefeito, prefeito, vamos resolver. São problemas fáceis de se resolver. Junta com a equipe, cadê os diretores? Cadê a diretora de atenção básica? É só acertar, apoiar o prefeito, o secretário nessas decisões, mas está difícil, está difícil. A população cada vez mais sofrida. E eu vejo que pode abrir oito, dez, 15 leitos, mas se a gente não controlar, não fizer um protocolo, não fizer um protocolo de atendimento digno, não que médico de Omesc que está lá, que não sabe, chega corrido, chega da cidade, liga: "Olha, eu estou precisando de um médico, eu vou te pagar tanto". Vem, não sabe qual é o protocolo, só vai chamando e atendendo, não se passa, cadê o cronograma? Cadê as escalas de médicos colocados na parede da UPA visível para quem chegar lá e falar: Hoje tem médico tal, fulano tal, Dr. João? Não tem. Então, aqui, fica o encaminhamento. Fica ao encaminhamento. Falar que hoje não tem teste. Teve teste aí até esses dias e direcionou lá só hoje. Júlio César postou que entregou 6 mil testes para São Carlos. A gente então precisa trabalhar teste. Vamos comprar teste. A justificativa não é que não tem teste a cidade. Precisa-se comprar teste. E também, se essa é a justificativa, por que não dê um retorno para nós, vereadores? Sr. Presidente, faço o encaminhamento, Sr. Presidente, o senhor que está no lugar do vereador Roselei, está neste momento, que todas as tratativas que teve com esta Câmara, que dá a devolutiva para nós, que dê esse retorno para os vereadores. Uma boa tarde, era isso que eu tinha para falar hoje. **PRESIDENTE ROBERTINHO MORI:** Pois não, Elton. Com a palavra agora o nobre vereador Gustavo Pozzi, pelo tempo regimental de até dez minutos. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Boa tarde a todos. Cumprimentar vereadores, vereadoras, o público que nos assiste aqui presencialmente e também na sua residência. Na tarde de hoje, foi aprovado um requerimento de minha autoria no qual quero compartilhar também que foi proveniente de uma conversa que o vereador Roselei que estava presente. Onde instituí aqui na Casa, na Câmara Municipal, uma comissão de estudo para tratar sobre políticas públicas para idoso. Nós recebemos, na Câmara, alguns dias atrás, o presidente do Cantinho Fraterno, Luiz Botega, e também recebemos a presidente do Helena Dornfeld, a Malu, em uma reunião aqui na sala da presidência. Então, eu e o Roselei ouvimos os pedidos e as reclamações desses dois presidentes, que são as únicas instituições que gratuitamente prestam serviços a idosos na nossa cidade, são os únicos asilos públicos, vamos dizer assim. Não são privados, mas que



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

atendem o público de forma geral. E a preocupação foi justamente da ausência de políticas públicas para idoso na nossa cidade. Mas isso não é uma realidade só na cidade de São Carlos. Nós, como somos eu e o vereador Roselei, somos vereadores daqui da cidade de São Carlos, estamos trazendo esse assunto para que nós possamos estudar melhor essas situações da questão da política pública para idoso, para ver se dá para fazer algo mais. Prefeito Airton Garcia no seu primeiro mandato teve um primeiro problema, que foi o fechamento do Cantinho de Luz. Não foi por culpa dele, mas foi na gestão dele que isso aconteceu, logo no primeiro ano de mandato. E nós tememos que isso possa vir a acontecer de novo, se não tivermos um tratamento adequado a essas instituições que prestam esse serviço tão valioso na nossa cidade. Então, foi uma preocupação desse vereador, que desde o primeiro dia de mandato se preocupa com políticas públicas para o idoso, e também do vereador Roselei, presidente dessa Casa, que recebeu esses dois representantes das duas instituições da nossa cidade. Infelizmente, como eu disse, não tem políticas públicas, quando falo política pública, é uma política de... constante. O que nós temos hoje? As duas instituições com o chapéu passando nos gabinetes para arrecadar recurso. E a partir do que os vereadores destinarem de emenda, existe uma complementação com assistência social, que destina recurso para as instituições. Essa é a política pública que tem do idoso. Nós temos que avançar. Nós temos que deixar um legado de política pública na nossa cidade. Se nós pegarmos os últimos censos, nós vamos ver que a população está envelhecendo e temos menos jovens, menos crianças. E aqui eu não quero falar que não devemos investir nas crianças, porque se as crianças são o futuro da nossa nação, os idosos foram o passado. Foram eles que se dedicaram duramente para a nossa nação, para a nossa cidade, chegar onde chegou. Então, temos que dar uma assistência digna a essas pessoas que já cumpriram a sua caminhada para o bem do coletivo. Então, precisamos pensar em acolher essas pessoas e dar uma vida digna a elas. Não podemos simplesmente abandonar. Muitos deles já foram abandonados pela sua família e ficam à disposição da caridade pública. E nós temos que acolher essas pessoas. Então, essa comissão de estudo vai ser formada por mim como presidente, e vou precisar de mais quatro outros vereadores para compor essa comissão de estudo, para que nós possamos avançar na cidade de São Carlos. O presidente dessa Casa, vereador Roselei, falou assim: "Eu vou participar", só não pode participar como membro por estar presidente, mas vai estar acompanhando para que isso possa ser levado com seriedade na nossa cidade. Nós temos que ter no orçamento da cidade algo já garantido de tal forma que possamos acolher essas pessoas, fazer a creche do idoso na nossa cidade, dar algum entretenimento. Às vezes, quem cuida do idoso hoje, é o filho que... filha ou filho que enquanto está trabalhando não tem onde deixar seu idoso. Por favor, Robertinho. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Eu queria um aparte, senhor vereador, e me coloco à disposição. Temos um trabalho, inclusive, para a gente estar trabalhando com asilo, com as pessoas com deficiência. Gostaria de fazer coro e tentar contribuir naquilo que eu pudesse estar contribuindo. Muito obrigado. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Muito bem. Então, já temos dois, eu e Vossa Excelência, né, Robertinho? Então que tenhamos aí essa comissão para que nós possamos deixar um legado para essa cidade. Desejo aqui que a prefeitura, no momento oportuno, possa mandar representantes para participar dessa comissão de estudo. As duas instituições, tanto Cantinho como Helena, falaram que vão participar dessa comissão também. Eles chegaram para nós, né, Roselei? Falou assim: "Nós queremos ser ouvidos, e não é em uma Audiência Pública, onde ficamos debatendo assunto por duas horas e depois é esquecido". Nós temos que



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

construir nessa cidade política pública para idoso. Política pública é algo que avance. Amanhã ou depois, nós não estamos mais aqui, que a nossa política pública continue. Não podemos desamparar os nossos idosos. Nós temos que acolhê-los. Eles foram que construíram essa nação. Nós temos que agora que cuidar deles. Aqueles que cuidaram de nós, precisam do nosso cuidado agora. Muito obrigado, eu quero aqui publicamente agradecer ao presidente dessa Casa, que recebeu as duas instituições e que se comprometeu em colaborar com a gente. Muito obrigado, presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Gustavo Pozzi. Pode ter certeza de que nós estaremos lado a lado. Nós temos que construir esse sistema de política pública para olhar para os idosos da nossa cidade. Temos que trabalhar no sentido de colocar o Fundo Municipal do Idoso em funcionamento. Eu acho que é um importante aliado para que a gente possa de fato construir as políticas para o idoso, os cuidados com o idoso na nossa cidade. Parabéns aí pela fala. E eu fico, sim, à disposição de Vossa Excelência, para contribuir, juntos, construirmos essa política com o Robertinho Mori Roda, com os demais vereadores que tiverem interesse. Passo agora a palavra ao nosso presidente da Comissão Permanente de Saúde, vereador Lucão Fernandes, pelo tempo regimental de até dez minutos. Vereador Malabim está aqui do lado, alguém pode chamar ele para mim, por favor? Está aqui. Bem na frente, né? **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Boa tarde, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** O senhor tem a palavra. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Quero também desejar uma boa tarde para os meus colegas vereadores, os que estão aqui presentes, os que estão on-line, nobres vereadoras, população que está conosco, também população que nos acompanha de casa. É o seguinte, eu, com todo o respeito, meu caro presidente, que tenho pelas pessoas, e até zelo o cuidado de quando estou nessa Tribuna, porque atrás de pessoas existem famílias, e a gente procura, na medida do possível, atingir de uma forma sem denegrir a imagem das pessoas. Mas hoje me parece que houve uma reunião, Sr. Presidente, do Comitê Covid, e tentaram fazer contato comigo, eu não participei, até porque nós não somos membros do comitê, somos convidados para participar. E me parece que o assunto que predominou lá foi a questão da Copinha, a Copa [ininteligível] que estão falando, né? É lógico que toda a preocupação é pouca. Por mais que tenhamos os cuidados, Raquel, serão poucos. Mas eu tomo muito cuidado pelo seguinte, nós não podemos deixar algumas coisas tirar o nosso foco de coisas maiores. Por exemplo, hoje, nós temos, se não me engano, 14, 15 pessoas que estão aguardando leitos de enfermaria. Eram 18. Leitos de enfermaria, me corrijam aqui, vereador Elton, são pessoas, meu caro, que precisam, no mínimo, de um ventiladorzinho para ajudar na respiração. É isso, Elton? Eu passei pelo leito de enfermaria. E ali existe um cuidado maior para que a doença não se agrave e leve para um quadro pior, que aí você vai precisar de um leito de UTI. Então, eu acho que esse deveria ter sido o principal assunto nesta reunião do covid. Tudo bem, vamos discutir a Copinha, os protocolos. Meu Deus do céu, quantas mil pessoas? Não sou favorável, hein? Não sou favorável. Não entenda errado o que eu vou falar, mas hoje quantas mil pessoas estavam assistindo a final do campeonato da copa? Quantas mil pessoas? Vinte e 30 mil que estavam lá assistindo ao jogo. Pode acontecer? Eu sou contra. Eu acho um risco muito grande em um momento desse. Porque na hora lá dentro, quem que vai seguir protocolo, gente? Não venha querer me enganar e falar que segue. Não segue. Então, isso, sim, é assunto relevante para você trazer para uma discussão. Você tirar uma pessoa que está em uma UPA, eu não vou falar jogado, mas colocado em uma situação humilhante, gente. Essa semana me ligaram, baixinho, meu grande lateral direito que já tirou título e também já me deu, mas a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

preocupação com alimentação dessas pessoas que estão internadas nas UPAs e também no Milton Olaio. Me parece que já acertaram essa dificuldade que estava tendo na alimentação. Como é que faz para comer? O poder público precisa cuidar disso, meu presidente. Então, eu acho que o foco maior que nós temos que centralizar hoje é arrumar leitos para acomodar essas pessoas. Recebi agora, acabei de receber uma ligação do secretário municipal de Saúde, que me parece, palavras dele, secretário, não é minha, que o governo do estado de São Paulo autorizou a DRS a abrir 5 leitos de UTIs, que serão abertos na Santa Casa, e 20 leitos de enfermaria que estarão sendo abertos no HU. A informação que o secretário me passou é essa. Então, se for 10 na Santa Casa ou 10 no HU, para nós não vai mudar muito. O importante é que são mais 20 espaços para essas pessoas estarem sendo acomodadas e de uma forma humana, tá certo? Recebi como boa notícia. Nós cobramos aqui, Elton, e com propriedade, não defendo governo, em situação de covid, não vem pedir para eu defender que eu não defendo governo. Defendo população que está precisando de atendimento. Pelo amor de Deus, gente, porque eu sei o que passei. Primeiro, segundo a informação do secretário, Elton, não estão encontrando o teste para comprar. Eu conversei com o pessoal lá da Unimed, também estão encontrando dificuldade para comprar os testes para aplicar nas pessoas. Então, a informação é: não estamos abrindo espaço no Santa Felícia, não estão abrindo espaço no Cidade Aracy, porque precisa dos testes. Eu ouço isso, mas não concordo. Eu não concordo que precisa dos testes para você poder abrir espaço para atender as pessoas com sintoma gripal. Eu acho que pode abrir lá um espaço para atender com sintoma gripal. Por que você vai mandar o pessoal do Cidade Aracy vir aqui no Milton Olaio, pessoas com sintomas gripais, para serem atendidas? Abre espaço lá, atende. Confirmou, está com sintoma gripal, não sei o quê, vai internar lá no Milton Olaio, vai internar não sei onde que tem que internar, mas atende o pessoal lá. Santa Felícia ia abrir também outro espaço. Abre um espaço lá, meu Deus do céu. A Cidinha falou aqui na Audiência Pública: "Vamos estender o horário da unidade básica de saúde até às 22h para atender pessoa normal e abre espaço para atender síndrome gripal, gente". Isso é para um período talvez de dois ou três meses. Se a gente cuidar da forma correta, eu tenho certeza de que daqui dois, três meses, eu espero que isso aconteça, Elton, que tenha uma queda repentina, como teve da outra, da delta lá, que teve uma queda repentina que a gente até se descuidou um pouco. E agora, chegou a nova onda. Agora, quem que garante que depois dessa onda não venha uma outra onda? Quem que garante? Outra informação que acabei de receber também, porque agora começou a vir informação, que a vigilância me parece que esteve, Elton, lá no hospital da Unimed, fazendo a vistoria e parece que vai dar relatório final. Se tudo ocorrer bem, a Santa Casa já vai... A Santa Casa, não, o hospital da Unimed, aqui onde era a antiga casa de saúde, vai poder estar absorvendo 80 leitos lá e esses leitos poderiam ficar livres lá na Santa Casa. Aí eu te pergunto, tudo bem, abriu 80 leitos, está lá, à vontade, muito bonitinho. Mas precisa de recurso para você usar aquele espaço. E essa gestão quem tem que fazer? É a prefeitura. Você não vai chegar lá e falar: Ah, tem leito vazio, eu vou começar a pôr o povo. Você tem que fazer um contrato. Contrato este que a prefeitura tem com a Santa Casa, que é a contratualização de serviços de trabalho, que ainda não foi assinado. Eu peço aqui encarecidamente ao pessoal do convênio que acelere esse processo, por quê? Porque isso trava os pagamentos para a instituição. Me parece que tem aqui pagamento de novembro do covid para receber. Mas não pode pagar, por quê? Porque necessita da contratualização. Espera aí, gente. Vamos acelerar essas coisas, pelo amor de Deus. Nós estamos falando de saúde pública. Não estamos falando aqui, por pior que



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

seja, Paraná, falta de água, que também não é aceitável. E desde que estou aqui nessa Câmara Municipal, gente, a gente fala de falta de água. Entra ano e sai ano, e fulano continua no mesmo jeito. A gente não tem algo que sinaliza, Bruno, de esperança para a gente que isso vai terminar um dia. Falta água, gente, mas choveu tanto, onde está essa água? Onde está essa água, meu Deus do céu? Vereador fez aqui uma CPI lá. Pôs caminhão para tudo quanto é canto para atender, acabou problema da água na época. Pegou caminhão parado, com meia carga de água, com um quarto de água e não ia lá carregar as caixas d'água. O vereador está aqui, ó, de madrugada foi atrás dos caminhões, pegou caminhão lá tudo com falcatura. Põe esses caminhões de novo para abastecer essa cidade, meu Deus do céu. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vereador Lucão, só um segundo. O vereador Marquinho está pedindo um aparte na fala de Vossa Excelência. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Pois não, nobre vereador. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Eu quero parabenizá-lo pela sua fala, vereador Lucão, tanto na questão da covid como na questão do Saae. É inadmissível a gente ver a atual gestão do Saae sucatear uma autarquia que já recebeu prêmios, que tem uma história, que tem uma folha de serviços prestados na cidade, que era referência não só no nosso estado, no nosso país, mas também acabou recebendo, por diversas vezes, nas gestões do Eduardo Cotrim, do André Fiorentino, do Jurandyr Povinelli, tantas outras, pessoas de outros países que vinham para esta cidade para ver como era o tratamento de água aqui em São Carlos, como era a distribuição. O Saae sempre foi um orgulho da cidade. Hoje, ele é um pesadelo. E amanhã, nós vamos ter nesta Casa, às 15h, uma Audiência Pública por mim solicitada e aprovada por todos os vereadores, onde nós estaremos debatendo, pasmem, senhores, eles querem tirar a concessão gratuita de 10 metros cúbicos que, historicamente, é uma concessão que o Saae faz desde a sua fundação. Então, vereador Lucão, eu ouvi também a fala do vereador Bruno, nós não podemos mais admitir que esta cidade vire esse caos. Caos na saúde, caos no Saae. Algo precisa ser feito. Nós não podemos concordar, sob pena de nós estarmos sendo coniventes com a administração, com esses problemas. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Infelizmente, nobre vereador... **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Pode concluir. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Marco Antônio. Me dá um tempinho agora, meu presidente, pelo amor de Deus. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vamos lá, o senhor pode concluir. **VEREADOR LUCÃO FERNANDES:** Infelizmente, eu não vou estar aqui amanhã. Estarei em uma agenda externa. Mas peço ao nobre autor que solicitou essa Audiência Pública, o vereador Marquinho Amaral, que pegue pesado, meu caro Marquinho, junto com os colegas vereadores aqui, vamos resolver de vez esse problema de falta de água, gente, pelo amor de Deus. Não dá para chegar em casa e não ter um litro de água para você fazer um arroz, fazer um feijão. Nós já falamos da possibilidade, dá uma caixa de água para o pessoal do Cidade Aracy, para a pessoa que não tem condições de comprar, dá uma caixa d'água. A pessoa entra com a mão de obra e põe uma caixa d'água, pelo menos, a pessoa: acabou a água, mas tem mil litros aqui, vai tomando um pouco de água por dia, pelo amor de Deus, gente. Não dá mais para aceitar uma situação dessa, meu caro presidente. Para finalizar, a vacina para criança já chegou em São Carlos. Onde que está vacinando? Onde que criou ponto? Onde? Me fala. Pelo menos não avisaram a Comissão de Saúde. O que vão fazer com as vacinas? Vão ficar guardadas? Ou está esperando vencer? Quem é a responsável, a D. Denise? Vamos abrir os pontos de vacinação. Se os pais vão querer vacinar seus filhos, é uma outra coisa, é uma outra coisa. Sei que é da parte da mãe que toma a decisão, mas vamos abrir os pontos de vacinação para os pais que querem vacinar



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

seus filhos. Uai, coloca à disposição. Cada um toma sua decisão se quer ou não. Perfeito? A gente esperou por tanto tempo a vacinação, gente. Coloca aí como alternativa. Se quer fazer, se não quer. Ah, pelo amor de Deus, gente. Vamos trabalhar, pô. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Lucão. Mais uma informação chega aqui, vereador, a respeito do que o senhor está falando, sobre a questão da alimentação dos pacientes que aguardam vaga na Santa Casa, no hospital universitário, que é regulado pela Cross, acabou de sair o empenho, a Iza, lá da Secretaria de Saúde, acabou de encaminhar aqui para a gente, tá? Então, aproveito a oportunidade para informar a Vossas Excelências. Eu passo agora o último orador inscrito nessa tarde. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Comunicado à Casa. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vereador Malabim. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Comunicado à Casa, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Comunicado à Casa, solicitado pelo nobre vereador Gustavo Pozzi. **VEREADOR GUSTAVO POZZI:** Eu gostaria de pedir permissão a Vossa Excelência, eu tenho um compromisso de mandato agora às 5h30 e eu preciso me retirar da sessão para poder cumprir essa agenda. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Deferido o pedido de Vossa Excelência. Vereador Malabim, pelo tempo regimental de até dez minutos. Vamos lá. **VEREADOR MALABIM:** Sr. Presidente, boa tarde. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, população que nos acompanha, nos assiste, a imprensa, meu muito boa tarde a todos. Sr. Presidente, vereador Roselei, eu acho que o microfone que eu taquei um álcool aqui nele, eu acho que ele não está muito... Taquei um álcool nele aqui, eu acho que ele não está muito fumegando, não. Agora, eu acho que vai. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** O senhor tem a palavra, Malabim. O som está ok. **VEREADOR MALABIM:** Sr. Presidente, está saindo o som aí? Muito ouvimos aqui relacionado... Está saindo na TV? Eu acho que melhorou agora um pouco. Ele vai trocar ali. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Malabim, vai trocar o microfone? Vocês afogaram o microfone com tanto álcool aí. Não sai som. Vamos lá. Usa aqui esse aqui. Malabim quebra tudo, viu? **VEREADOR MALABIM:** Som. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Aí, agora sim. **VEREADOR MALABIM:** Agora sim. Sr. Presidente, nós ouvimos aqui muitas cobranças relacionado à saúde, relacionado à falta d'água. Eu acho que todos já entendemos o recado da Câmara Municipal e as cobranças da Câmara Municipal relacionado a essas questões. Nós vamos trazer aqui, é a primeira Sessão Ordinária que nós estamos tendo agora no ano de 2022. E, geralmente, a gente trabalha mais no recesso do que quando nós estamos tendo aqui as nossas sessões ordinárias. Nós temos para trazer para toda a população de São Carlos as conquistas que nós tivemos e os frutos que nós estamos colhendo agora logo no começo do ano, graças a Deus. Um começo de ano que me deixou muito feliz, pelo deslocamento que nós temos de São Carlos até Brasília, até São Paulo, e isso está trazendo êxito aqui para o nosso mandato que nós pautamos muito, no meu primeiro mandato, em conquistas de verbas de Brasília para a nossa cidade. É quando nós votamos o orçamento aqui, é uma briga muito grande em relação à verba que vai para cá, verba que vai para lá, verba que vai para uma secretaria, que vai para outra. E nós entendemos a dificuldade que tem o município, que usa aí 50% com o funcionário público e os 25% para a educação, 15, 17% que vai para a saúde, enfim, acaba sobrando muito pouco para investimento aqui na nossa cidade. E em vista disso, nós trabalhamos buscando recurso em São Paulo e em Brasília. E nós temos aqui R\$ 450 mil que nós, eu e o vereador Elton Carvalho, do PRB, junto ao deputado Celso Russomanno, nós pedimos bem no final do ano. Pedimos no final do ano, e com pouco tempo, esse dinheiro já



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

está na Caixa Econômica Federal. E nós participamos, semana passada, da assinatura do convênio da prefeitura com a Caixa Econômica Federal para recapeamento. Vereador Elton Carvalho não pôde estar presente na assinatura desse convênio, mas nós estávamos lá. E aí até representando o vereador também, falando do vereador Elton Carvalho, através aí do deputado Celso Russomanno. Aí algumas pessoas nos dizem: "Vereador Malabim, a saúde está precisando de verba". Claro, a saúde está precisando. Nós acabamos de falar aqui agora de teste de covid, enfim, cirurgias eletivas. Mas nós trabalhamos assim também, tem 500 mil do deputado Celso Russomanno no hospital universitário, que está fazendo a cirurgia, que já deve estar até acabando já a verba com este valor que nós, que a Secretaria de Saúde fez com o hospital universitário. Agora, a população precisa entender, as pessoas que nos cobram em relação a isso, que a população não vai comer asfalto, a população precisa de saúde. Nós entendemos isso, por isso que nós trabalhamos com a maioria de verbas que conquistamos em Brasília para a saúde da nossa cidade. Agora, as verbas dos deputados em Brasília, elas são impositivas, ou seja, 50% é para a saúde e 50% para outras demandas que não sejam saúde. Agora, sobrou do deputado uma verba de 450 mil, que o deputado nos liga: "Olha, Malabim, tem uma verba aqui". Falei: É para a saúde? Que a gente pede para a saúde. "Não, não tem, para a saúde acabou, não tenho mais. Eu tenho 450 mil para mandar aí, você vê aí de serviço para onde vai". Falei: Manda para o recapeamento. Não é verba que se encaixaria mais na saúde. A verba do deputado não seria mais para a saúde. Não tinha mais esse espaço para o deputado enviar essa verba para a saúde, essa última verba que tinha das emendas do deputado. E essa verba veio, nós colocamos um recapeamento para recapear algumas ruas de São Rafael, Douradinho, Paulistano, que são pedaços de rua que ficaram para trás no recapeamento do prefeito aqui da cidade, do município. E também tivemos uma verba de 250 mil que foi liberado agora, graças a Deus, semana passada também, de quatro anos atrás, do até então deputado Arnaldo Faria de Sá, que perdeu a eleição em 2018, mas que já tinha enviado a verba para cá. Essa verba estava paralisada, essa verba não chegou aqui na cidade, deputado perdeu a eleição, perdeu uma força, mas nós recorreremos a outros deputados. Recorreremos ao Roberto de Lucena, ao próprio Celso Russomanno. O vereador presidente desta Casa, vereador Roselei Françoso falou com o Itamar Borges também. E aí tanto bateu que bateu que nós conseguimos a liberação dessa verba para uma pista de caminhada e iluminação no Jardim Munique. Faz um ano que já teve a licitação em relação a isso que o convênio foi assinado com a Caixa, só não teve a liberação e nós pedimos aí que a empresa vai pedir um ajuste, nós pedimos aí ao secretário de Governo, Edson Fermiano, e ao Dr. Alessandro também, o advogado jurídico, que analise com carinho para a gente não perder essa verba de 250 mil, que deu muito trabalho para trazer para cá. Vai ter um reajuste aí, eu acho que de 20, 30 mil que já faz um ano a licitação, teve a perda da empresa que ganhou e que o governo municipal possa entender assim que tenha que ter essa reposição, essa contrapartida da prefeitura aí nessa perda que a empresa que ganhou essa licitação teve. E também nós temos aí também para falar do vereador, nosso presidente Roselei Françoso, a UBS do Santa Felícia, R\$ 350 mil também liberados semana passada do saudoso Luiz Flávio Gomes. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Só um segundo, por favor. Esse recurso da UPA do Santa Felícia já liberou em 2019, nós estamos aguardando a licitação, tá? É do ex-deputado...[falas sobrepostas]. **VEREADOR MALABIM:** Foi liberado semana passada, eu entendi errado. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Da semana passada é do Itamar Borges. **VEREADOR MALABIM:** Do Itamar Borges. **PRESIDENTE ROSELEI**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

FRANÇOSO: Isso. **VEREADOR MALABIM:** Tá, tranquilo então. É uma verba que já está aí só aguardando a licitação de 350 mil do saudoso Luiz Flávio Gomes. Então, nós agradecemos aí a esses deputados que têm trabalhado aqui. E eu ainda não tive a autorização para estar falando, mas nós estamos com uma secretaria aqui do estado de São Paulo, no valor de 3 milhões para recapeamento, com sinalização para nós trazermos aqui para a cidade de São Carlos. Já está caminhando bem, já está bem adiantado as conversas, as tratativas, e nós vamos, sim, eu vou estar anunciando aqui, falando nomes e agradecendo, enfim. Mas ainda não tenho essa autorização para estar falando em relação, porque é um projeto de uma secretaria aqui do governo do estado, e nós vamos trazer aqui para a nossa cidade 3 milhões. Aí: "Mas, Malabim, não podia trazer para a saúde?". É outra questão, não tem como a Secretaria da Educação, eu vou fazer uma comparação, não é da Educação, só para não citar, da educação [interrupção no áudio]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Pode concluir, por gentileza. **VEREADOR MALABIM:** Então, não tem como a gente trazer do Ministério do Esporte ou da Secretaria do Esporte do governo do estado para a gente trazer para a saúde aqui. A não ser que lá mesmo, no estado de São Paulo, na Assembleia Legislativa, eles mandam, o Executivo, o governador manda para a Câmara para ser aprovado a mudança de verba de uma secretaria para outra. Agora, a verba que tem na secretaria nenhum secretário abre mão dela, a não ser que for aí o próprio Executivo, chegando ao próprio Executivo, e o Executivo assim achar por bem fazê-lo. Mas a secretaria, claro que ela não tem como, não tem lei para que ela, de uma secretaria para outra, a não ser através de documento e de uma votação em Plenário para que isso aconteça. E isso também aqui no município. Se nós mandarmos uma emenda para a saúde, para tirar de lá e mandar para outra secretaria, nós temos que fazer o ofício para o governo, voltar para a Câmara para ser aprovado e voltar para que a verba seja transitada e mudada de secretaria. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Malabim. Eu peço a suspensão aqui das imagens da sessão, pode passar os vídeo-zinhos aí até que a gente entra no acordo aqui na Pauta do dia, tá bem? [sessão suspensa]. [sessão reaberta]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Gente, eu quero... Vereador Marquinho, vereador Rodson, nós já estamos on-line aqui, tá? vereador Rodson, nós já estamos on-line aqui, tá? Então só um segundinho, por gentileza. Eu peço a chamada dos Srs. Vereadores. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Atenção, Srs. Vereadores, para a chamada. Vereador André Rebello. **VEREADOR ANDRÉ REBELLO:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bira. **VEREADOR UBIRAJARA TEIXEIRA:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bruno Zancheta. Cidinha do Oncológico. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Dé Alvim. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Dimitri Sean. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Djalma Nery, presente on-line. Elton Carvalho. Gustavo Pozzi justificou. Lucão Fernandes. Malabim. **VEREADOR MALABIM:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Marquinho Amaral, presente on-line. Paraná Filho. **VEREADOR PARANÁ FILHO:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Professora Neusa. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Raquel Auxiliadora, presente. Robertinho Mori. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Presente.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA: Rodson Magno, presente on-line. Roselei Françoso. Sérgio Rocha e Tiago Parelli. **VEREADOR TIAGO ORLANDI PARELLI:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bruno Zancheta também presente. **GRANDE EXPEDIENTE - PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Srs. Vereadores, havendo número regimental, nós vamos dar continuidade aqui aos nossos trabalhos. Só quero comunicar aos Srs. Vereadores, na verdade, consultar os Srs. Vereadores, nós temos aqui um parecer que foi elaborado, um relatório que foi elaborado pela comissão permanente. Comissão permanente não, a comissão, a CPI, né? A CPI, a Comissão Parlamentar de Inquérito, nasceu através do Requerimento 306, de autoria do nobre vereador Marco Antônio do Amaral, aquela CPI para investigar as questões da saúde. É um relatório grande. Eu queria propor a inversão aqui que esse relatório fosse lido no final dos trabalhos, após as votações, tá bem? Tudo bem? Então, os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. Então, vamos lá. **PROCESSOS EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL – ÚNICA DISCUSSÃO – PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO** - Tem requerimento de urgência do vereador Azuaite Martins de França. Na verdade, é uma moção, a Moção nº 16, (**processo nº 309/22**) que manifesta apoio à mobilização dos servidores públicos federais por reajuste salarial. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovada a moção. Agora, nós temos um requerimento. Requerimento 245, (**processo nº 311/22**) também de autoria do nobre vereador Azuaite Martins de França, que solicita a realização de uma Audiência Pública para tratar do projeto de lei que dispõe sobre implantação das rádios base... as ERBs, na verdade. ERBs, no município de São Carlos. Então, eu quero... Oi? **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Isso. Esse requerimento, eu assino junto com o Prof. Azuaite, porque nós temos dois projetos de lei semelhantes, que tratam do mesmo assunto. Já conversamos sobre isso, tá? Então, os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado o requerimento de urgência. **VETOS - PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO** - Agora, nós colocaremos em votação o Projeto de Lei 551, (**processo nº 3970/21**) de autoria do nobre vereador Azuaite Martins de França, "que institui a Festa da Música no município de São Carlos no calendário de eventos oficiais do município e dá outras providências". A prefeitura vetou total o projeto, o veto oposto pelo Sr. Prefeito Municipal. E o veto total sobre o projeto de lei que buscava instituir a Festa da Música em São Carlos, sob fundamento do que houve vício de iniciativa por se tratar de proposição normativa iniciada por membro do Poder Legislativo, bem como que o evento traria despesas para a municipalidade. O parecer da Comissão de Legislação, Justiça, Redação e Legislação Participativa é pela derrubada do veto. Os vereadores... Pois não, vereador Azuaite? Votação nominal solicitada pelo vereador Marquinho Amaral. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Só para lembrar Vossa Excelência, não combinamos, não, nós discutimos. Não vamos discutir. Mas eu havia feito um pedido no passado de um levantamento da seguinte situação, nos dez últimos anos, quantos projetos semelhantes a esse foram votados nesta Câmara, instituídos por lei e nunca houve um veto como esse daí em uma questão como essa. Estranho. Mas voltarei ao tema em outra oportunidade. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, Prof. Azuaite. Então, é votação nominal solicitada pelo vereador Marquinho Amaral. Os vereadores que forem favoráveis ao parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação digam sim; os contrários digam não. O sim é pela derrubada do veto, tá bem? **VEREADORA RAQUEL**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

AUXILIADORA: Em regime de votação. O vereador André Rebello. **VEREADOR ANDRÉ REBELLO:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bira. **VEREADOR UBIRAJARA TEIXEIRA:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bruno Zancheta. **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Cidinha do Oncológico. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Dé Alvim. Dé Alvim. Não está presente... **VEREADOR DÉ ALVIM:** Sim. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Dé, sim, né? **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Sim? **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Dé, sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Dimitri Sean. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Djalma Nery? Ele disse "sim" aqui no on-line, tá? Elton Carvalho. **VEREADOR ELTON CARVALHO:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Gustavo Pozzi se ausentou do Plenário. Lucão Fernandes. Malabim. **VEREADOR MALABIM:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Marquinho Amaral, sim. Paraná Filho? Professora Neusa? **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Raquel Auxiliadora, sim. Robertinho Mori. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Rodson Magno do Carmo. Sim. Roselei Françoso, no exercício da presidência, não vota. Sérgio Rocha? Tiago Parelli? **VEREADOR TIAGO ORLANDI PARELLI:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** São 16 votos favoráveis e nenhum contrário, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Então, foi derrubado o veto apostado pelo Sr. Prefeito Municipal. Dando continuidade também, aqui o Projeto de Lei 637, (processo nº 4300/21) de autoria do nobre vereador Roberto Mori Roda, "que dispõe sobre o fornecimento de estrutura mínima para as agências bancárias com filas externas no âmbito do município e dá outras providências". Veto total apostado pelo Sr. Prefeito Municipal. Esse veto total sobre o projeto de lei que busca estabelecer que as agências bancárias providenciassem estruturas adequadas para as ações do sol e da chuva aos seus clientes que tivessem que aguardar por atendimento em filas. O veto se sustenta na fundamentação de que houver afronta ao Código de Obras, bem como na ocorrência de vício de iniciativa, uma vez que tal ação não caberia ao Poder Legislativo, mas ao prefeito municipal, ao Bacen. O que diz respeito ao funcionamento de instituições bancárias, o parecer da Comissão de Legislação e Justiça... o parecer da Comissão de Legislação, Justiça, Redação e Legislação Participativa é no sentido de acatar o veto do Sr. Prefeito Municipal. Então, os vereadores favoráveis ao parecer, acatando o veto, digam sim. Os contrários ao parecer digam não, pela derrubada do veto, tá bem? Então, vamos lá, vereadora Raquel, votação nominal. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Vereador André Rebello. Ausente no Plenário. Azuaite Martins de França. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bira. **VEREADOR UBIRAJARA TEIXEIRA:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bruno Zancheta. **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Cidinha do Oncológico. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Dé Alvim. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Dimitri Sean. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Djalma Nery. Não. Elton Carvalho. **VEREADOR ELTON**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

CARVALHO: Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Gustavo Pozzi, ausente do Plenário. Lucão Fernandes. Malabim. **VEREADOR MALABIM:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Marquinho Amaral. Não. Paraná Filho. Professora Neusa. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Raquel Auxiliadora, não. Robertinho Mori. **VEREADOR ROBERTINHO MORI:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Rodson Magno do Carmo. Não. Roselei Françoso, no exercício da presidência, não vota. Sérgio Rocha e Tiago Parelli. **VEREADOR TIAGO ORLANDI PARELLI:** Não. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** São 15 vereadores contrários, nenhum favorável, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Então, o parecer da comissão foi derrotado, certo? Mantendo o projeto original, correto? Então, dando sequência aqui agora... Foi derrubado o veto, exatamente. **PROCESSOS EM REGIME DE TRAMITAÇÃO COMUM – ÚNICA DISCUSSÃO – PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO** - Projeto de Lei Nº 2, **(processo nº 171/22)** de autoria da Prefeitura Municipal de São Carlos, "que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito adicional especial e crédito adicional suplementar na Prefeitura Municipal de São Carlos no valor de R\$ 1.036.962,00 e crédito adicional suplementar no valor de R\$ 232.331,24 no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, para readequação na execução dos convênios aprovados com a Apae e a FAI. Para tanto, serão utilizados recursos oriundos da dotação orçamentária da própria secretaria." Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. Projeto de Lei Nº 3. **(processo nº 172/22)** Interessada: Prefeitura Municipal de São Carlos, "que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito adicional suplementar na Prefeitura de São Carlos no valor de R\$ 520 mil, no orçamento da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, para melhora na execução das despesas e organização do orçamento da secretaria. Para tanto, serão utilizados recursos oriundos de anulação e dotações orçamentárias da própria secretaria." Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado o Projeto de Lei Nº 3. Projeto de Lei de Nº 4, **(processo nº 173/22)** de autoria da Prefeitura Municipal de São Carlos, "que autoriza a abertura de um crédito adicional especial no valor de R\$ 62.325,48 no orçamento da Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, para aquisição de veículos com recursos do [ininteligível]. Para tanto, serão utilizados recursos do superávit financeiro." Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Projeto de Lei Nº 5, **(processo nº 174/22)** de autoria da Prefeitura Municipal de São Carlos, "que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.271.425,82 no orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, para despesas com alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE. Para tanto, serão utilizados recursos oriundos de superávit financeiro." Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado. [Preciso tomar uma aguinha aqui.] Projeto de Lei de nº 7, **(processo nº 193/22)** de autoria da Prefeitura Municipal de São Carlos que autoriza... que "Altera dispositivo da Lei Municipal nº 13.735, de 19 de janeiro de 2006, e alterações posteriores e dá outras providências". **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Sr. Presidente, pela ordem. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Pois não, vereadora Raquel. Pela ordem solicitada pela vereadora Raquel. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Como presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Relações de Trabalho, Direito do Consumidor, eu gostaria de solicitar retirada por uma semana do Projeto de Lei nº 7 e já faço aqui



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

encaminhamento também para o Projeto de Lei nº 8, ambos tratam de mudanças na redação de conselhos municipais, e não passaram pela nossa comissão. Então, só para não ter nenhuma dúvida sobre a redação de ambos os projetos, gostaria de pedir a retirada por uma semana para passar pela comissão. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** É importante deixar registrado aqui para todas as pessoas que nos acompanham que esse projeto não passou pela comissão, conforme nos foi explicado pelo departamento jurídico, por não entrar no mérito da discussão. Então, passou apenas à Comissão de Legislação, Redação e Justiça. Mas havendo dúvida na composição, é de bom alvitre, não tem problema nenhum a gente adiar uma semana aí para que a gente possa analisar melhor ambos os projetos. Então, eu coloco em votação o Projeto de Lei de nº 7, primeiro, vou ler a ementa aqui. O adiamento de uma sessão do Projeto de Lei nº 7, que "altera dispositivo da Lei nº 13.735, de 19 de janeiro de 2006 e alterações posteriores e dá outras providências". Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários pelo adiamento de uma semana. Aprovado o adiamento de uma semana. O segundo projeto, ele "altera dispositivo da Lei nº 19.422, de 31 de outubro de 2019, (**processo nº 194/22**) que dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências". A vereadora Raquel também adiantou aqui solicitação de adiamento de uma semana para maiores esclarecimentos. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários para o adiamento de uma semana. Então, ambos os projetos estão aprovados ao adiamento de uma semana, está bem? Semana que vem ele volta na Pauta com os esclarecimentos que se fazem necessários. **PROCESSO DE RESOLUÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO COMUM – ÚNICA DISCUSSÃO – PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO** - Agora, nós temos um projeto de resolução. Resolução nº 29, (**processo nº 3715/21**) de autoria da nobre vereadora Raquel Auxiliadora, que "estabelece a Campanha de Disponibilização das Leis Municipais sobre Políticas de Direitos para a População Negra no município de São Carlos e dá outras providências". Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, manifestando-se os contrários. Aprovado o projeto de resolução da nobre vereadora Raquel Auxiliadora. **PROCESSO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO COMUM – ÚNICA DISCUSSÃO – PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO** - O próximo projeto é uma emenda à Lei Orgânica Municipal, a Emenda nº 1. Também de autoria da Frente Parlamentar, né, Raquel? Da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores, está subscrita por todos vereadores da frente parlamentar. E ele já foi votado em primeiro turno na última sessão camarária. E a lei orgânica, nosso regimento define que esse projeto de lei complementar, ele precisa ser votado em dois turnos com interstícios de dez dias. Então, nesta primeira sessão nós estamos votando o segundo turno do projeto de emenda à lei orgânica, que busca alterar a redação do art. 101 da Lei Orgânica do município de São Carlos para nele incluir dois parágrafos, sendo o primeiro para estabelecer parâmetros norteadores para estipulação da remuneração dos servidores municipais, ao passo que o segundo busca garantir que o poder público municipal observe, quando da concessão da revisão geral anual, um percentual mínimo correspondente à inflação acumulada no período. Essa votação é nominal. A vereadora Raquel vai...**VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Encaminhamento de votação, por favor. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Encaminhamento de votação, solicitado pela nobre vereadora Raquel Auxiliadora. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Boa tarde, Sr. Presidente, vereadores, vereadoras. Escutam bem? Hoje o som aqui está meio estranho. Hoje é um dia



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

muito importante para os servidores públicos municipais de São Carlos. É um dia de reconhecimento dessa Casa pelo trabalho e a dedicação ao povo de São Carlos que nós servidores públicos desenvolvemos todos os dias no nosso trabalho. O senso comum diz que servidor público é vagabundo, que servidor público é marajá, que ganham muito. Mas esta não é a realidade do servidor público municipal e, infelizmente, em todos os municípios do Brasil. Hoje eu trouxe alguns dados para vocês terem noção do que a gente passa como servidor público no município. Hoje, nós temos apenas, na prefeitura municipal, 4.239 servidores de carreira, aqueles que passaram por concurso público. Oitenta e três por cento desses servidores ganham até dois salários mínimos. Só dois salários mínimos. A média salarial de todos servidores de carreira é cerca de R\$ 2.390. E o déficit de servidores no município é de 1.136 servidores. Esse déficit, que é o estabelecido por lei, pelas leis municipais que estabelecem as vagas dos servidores públicos. Contudo, nós sabemos que o déficit real é muito maior do que 1.136. Somente de... Sr. Presidente, posso concluir?

PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO: Por favor, pode concluir.

VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA: Obrigada. De 2020 a 2021, nesse último ano, no ano de 2021, na verdade, nós perdemos 91 servidores públicos municipais, seja por exonerações, falecimentos, aposentadorias, e que não foram repostos. Servidores públicos não são marajás, não são vagabundos, eles são essenciais para execução das políticas públicas no município. Sem servidores públicos nós não temos saúde, não temos educação, não temos assistência social, não temos transporte, não temos nenhuma política pública. E em São Carlos, os servidores ainda perderam cerca de 14,5% do salário no último do ano por conta das perdas do 14º, assiduidade. Então, Sr. Presidente, esse projeto visa estabelecer o mínimo de dignidade aos servidores públicos municipais, que é a reposição inflacionária anual, em todos os anos aos servidores. Ele visa tratar, colocar em prática o que a constituição brasileira já traz no que diz respeito aos trabalhadores. Nós esperamos que isso seja uma realidade, inclusive, para todos os servidores, para todos os trabalhadores do Brasil. Então, eu queria agradecer os 16 vereadores e vereadoras que assinaram conjuntamente esse projeto. E, Sr. Presidente, faço questão aqui de nominar os vereadores que assinaram esse projeto. Então, vereador Azuaite Martins de França, vereador Bruno Zancheta, Cidinha do Oncológico, Dé Alvim, Djalma Nery, Elton Carvalho, Gustavo Pozzi, Lucão Fernandes, Malabim, Marquinho Amaral, Professora Neusa, Rodson Magno do Carmo, Robertinho Mori, Roselei França e Thiago Parelli e, claro, a nobre vereadora que vos fala que é a presidenta da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Públicos. Além disso, agradecer ao servidor Gustavo que foi o grande... ele sim, que foi o proponente dessa lei que trouxe ao nosso mandato. Agradecer aos servidores da Câmara Municipal, do jurídico, que se debruçaram sobre o projeto, analisaram, estudaram e conseguiram fazer de uma forma que fosse viável para aprovação hoje. E agradecer ao Sindispam, sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que tem aí muito aguerrido, lutado todos os dias, incansavelmente, pelos servidores públicos municipais. Enfim e principalmente, agradecer a todos os colegas servidores públicos municipais de São Carlos que estão na linha de frente nessa prefeitura, não deixando a peteca cair e fazendo o serviço público de São Carlos acontecer. Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO: Obrigada, vereadora Raquel. Agora, em votação. Votação nominal, né, dos Srs. Vereadores. Vamos aguardar a vereadora Raquel chegar para o seu local para que ela possa fazer a chamada de votação dos Srs. Vereadores e Vereadoras dessa Casa.

VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA: Vereador André Rebelo. **VEREADOR**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

ANDRÉ REBELLO: Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Azuaite Martins de França. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Ele justificou, ele precisou se deslocar do plenário. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bira. **VEREADOR UBIRAJARA TEIXEIRA:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bruno Zancheta. **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Cidinha do Oncológico. **VEREADORA CIDINHA DO ONCOLÓGICO:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Dé Alvim. **VEREADOR DÉ ALVIM:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Dimitri Sean. **VEREADOR DIMITRI SEAN:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Djalma Nery, sim. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Djalma, sim, on-line. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Elton Carvalho. **VEREADOR ELTON CARVALHO:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Gustavo Pozzi, se ausentou. Lucão Fernandes. Malabim. **VEREADOR MALABIM:** Sim! **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Marquinho Amaral. **SR. PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Marquinho Amaral? Está on-line, mas não respondeu aqui. Continua a chamar, depois a gente chama no final. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Paraná Filho. Professora Neusa. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Raquel Auxiliadora, sim. Robertinho Mori. Rodson Magno do Carmo. **VEREADOR RODSON DO CARMO:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Sim. Roselei Françaço no exercício da presidência não vota...**PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Não, nesse caso eu voto. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Ah, desculpa. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Nesse caso, eu voto. Eu voto sim. Que é lei complementar e...**VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Sérgio Rocha e Thiago Parelli. **VEREADOR TIAGO ORLANDI PARELLI:** Sim. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Gostaria de chamar novamente o vereador Marquinho Amaral, se está nos ouvindo on-line. Deve ter caído. São 14 votos favoráveis, Sr. Presidente. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Então, está aprovado o Projeto de Lei da Emenda nº 1. É isso mesmo? Número 1, né? **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Número 1. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Número 1. Perfeito. Agora, quero solicitar à vereadora Raquel Auxiliadora, mas de antemão já peço aqui o destacamento da vereadora Neusa Golinelli e dos homens também que queiram contribuir com uma parte da leitura aqui, é um relatório bastante extenso, (**processo nº 489/21**) mais de 50 páginas. O relatório foi recebido na data de hoje, 21... não, não, desculpa, no dia 21/1/2022. Foi passado para todos os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Então, eu peço, nesse momento, a leitura do relatório final aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo vereador Marquinho Amaral, tendo como relator o nobre vereador Elton Carvalho e membros dessa comissão, deixa eu verificar aqui, o Bruno Zancheta - está aqui - Professora Neusa e também o vereador Dé Alvim. Após a leitura, este relatório será publicado em jornal e publicado aos órgãos solicitados pela referida Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso, já vai pela introdução, né? Só queria pedir ao vereador Ubirajara Teixeira que pudesse me substituir por alguns minutinhos aqui na presidência. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Podemos combinar três a quatro páginas e a gente vai revezando, para não ficar pesado? Porque ler com máscara, gente, não é fácil. Então, vamos lá à leitura da Comissão Parlamentar de Inquérito, Processo nº 0489/2021, Requerimento 0306/2021, relatório final. "Nos termos regimentais, a seguir o relatório final elaborado pela Comissão



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Parlamentar de Inquérito, objeto do processo em epígrafe". Vou diretamente para a introdução. "Excelentíssimos Srs. Vereadores, Vereadoras e toda a população são-carlense, primeiramente, gostaria de fazer menção ao quanto me sinto honrado em fazer parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que foi instaurada para apurar possíveis irregularidades na gestão da Secretaria de Saúde com relação aos seguintes fatos: 1 - cirurgias eletivas realizadas no município de São Carlos no período de janeiro de 2017 a fevereiro de 2021; 2 - repasses feitos à Santa Casa no período de janeiro de 2017 a fevereiro de 2021; 3 - efetiva e regular destinação dos recursos oriundos de emendas parlamentares dos vereadores para a Secretaria de Saúde e para a Santa Casa, todos os recursos recebidos e gastos dos governos Estadual e Federal para o combate do coronavírus bem como os recursos municipais aplicados ao combate da covid-19, 4 - a contratação, execução e pagamentos pela secretaria de próteses, aparelhos de surdez, cadeiras de roda e bombas de oxigênio no período de 2017 a 2020; e 5 - listagem das pessoas que receberam as vacinas contra o coronavírus no dia 15 de fevereiro de 2021, objeto do Processo 0489/2021. Foram 11 meses de muito trabalho, análises documentais, visitas técnicas, reuniões e, sobretudo, muito aprendizado, com o objetivo de contribuir para a saúde de qualidade no município, com a lisura, transparência nas informações e nos processos envolvendo os recursos públicos e o erário. Vale destacar que as inferências aqui realizadas são fundamentais primordialmente no que fora relatado durante as oitivas pelos depoentes, portanto, em hipótese alguma estamos julgando pessoas ou tecendo críticas políticas, mas sim, analisando o conteúdo fornecido. E, a partir das falas proferidas, fazendo os encaminhamentos necessários. Enfatizo nesse momento que em hipótese alguma, serão realizados julgamentos, até mesmo porque não é função da CPI, conforme disposto na lei orgânica do município em seu art. 36, 'o objetivo da CPI é a apuração de fato determinado, e por prazo certo, sendo as conclusões, quando for o caso, encaminhadas aos órgãos competentes para que promovam a responsabilidade civil e criminal de que têm direito'. O Regimento Interno da Câmara Municipal corrobora conforme estabelecido no art. 94, o qual prevê que 'as comissões parlamentares de inquérito são criadas para apuração de um fato determinado e por prazo certo, sendo compostas por cinco membros, em suas conclusões, quando for o caso, encaminhadas aos órgãos competentes para que promovam a responsabilidade civil e criminal de que é de direito'. Desde o início, o comprometimento dessa Casa e o grande foco da CPI da Saúde foi apurar se houve em algum momento irregularidades nos dispêndios dos recursos do combate à covid-19 e a forma pela qual a Secretaria Municipal de Saúde e demais atores públicos, tais como secretarias, autarquias e seus respectivos gestores atuarem em consonância com os princípios da administração pública dispostos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Buscou-se aqui trazer as informações de maneira objetiva, direta e com linguagem simples, instrucional e segmentada, da forma mais didática possível, tornando o relatório acessível e facilmente compreensível para todos os parlamentares, para a imprensa e para toda a população. Feita essa breve contextualização, é importante apresentar a estruturação adotada da qual o presente relatório será distribuído. Na seção 1 será realizada uma breve contextualização do tema versado nessa CPI. Na seção 2 é tratada uma cronologia acerca dos depoimentos dos depoentes, sequencialmente e na ordem real em que todas as oitivas aconteceram. Na seção 3 serão detalhados conteúdos elementares de cada depoimento e a correlação, bem como algumas contradições existentes nos depoimentos. Na seção 4 serão apresentados os principais encaminhamentos, a sumarização e a conclusão do relatório final. Pois bem, as atividades da comissão se iniciaram após a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

apresentação do Requerimento nº 0306/2021, Processo de nº 0489/2021, assinalado (sic) por uma quantia superior a um terço dos vereadores, atendendo-se assim o dispositivo do art. 36 da lei orgânica do município, bem como o art. 95 do Regimento Interno da Câmara Municipal, conforme se verifica no documento nas Folhas 3 e 4. Feitas as indicações pelos partidos que compõem a Câmara Municipal foi editado o Ato da Presidência nº 1/2021, publicado no Jornal Primeira Página no dia 19 de fevereiro de 2021, na Folha C-6. Na qual indicava que o presidente, a CPI seria presidida pelo vereador Marquinho Amaral, teria como relator o vereador Elton Carvalho e, por fim, os vereadores de Alvim, Bruno Zancheta e Azuaite Martins de França, seriam os demais membros. Posteriormente, por questões pessoais, o vereador Azuaite Martins de França solicitou que a vereadora Professora Neusa atuasse em seu lugar, na nova composição que essa perdura até o momento da elaboração desse relatório final. Dois, cronologia das oitivas, reuniões e visitas técnicas. Os procedimentos adotados durante todos os meses de trabalho, de 15 de fevereiro de 2021 até o presente momento, resumem-se nos seguintes processos: a - oitivas, depoimentos e relatoria; b - análises documentais em fontes primárias e secundárias; e c - visitas técnicas 'in loco'; e d - deliberações internas da CPI. A figura a seguir demonstra a dinâmica dos trabalhos adotada pela CPI. Figura 1, a metodologia de trabalho. A tabela a seguir, por sua vez, elenca as principais atividades de instrução praticadas pela CPI. Tabela 1, é a cadeia de eventos da CPI de saúde, nela são apresentados os eventos, o cargo, documento de referência, data e algumas observações. Três, análise do conteúdo. Nessa seção serão contidas considerações da comissão acerca das informações levantadas durante todo o período de trabalho, compreendendo tanto as oriundas dos documentos recebidos como as obtidas em função da realização das oitivas. Em 3.1, protocolos. Durante os depoimentos, foi possível observar algumas contradições com relação à existência ou não de protocolos a serem seguidos pelo município no enfrentamento à pandemia. Na Folha 136, o Sr. Marcos Palermo, secretário municipal de Saúde, afirma o seguinte: 'Que não existe protocolo regulamentado e que segue as necessidades do município. Que a pandemia determina que cada cidade, cada país tenha e crie seu próprio protocolo. Que nem sempre segue protocolos sanitários disponibilizados no site da transparência da prefeitura municipal. Que muitas vezes, o protocolo é quebrado por atender as demandas. Que acredita que os protocolos a serem seguidos são: vacinação, disponibilização de leitos de UTI e isolamento social'. Questiona-se como um protocolo que não existe pode ser quebrado. Como a pandemia determina que cada cidade, cada país, tenha e crie seu próprio protocolo, e São Carlos não dispõe até hoje de um protocolo padronizado e organizado ao fluxo de trabalho, otimizando os atendimentos voltados à covid? Por sua vez, a Sra. Crislaine Mestre, diretora do Departamento de Vigilância em Saúde, afirma em depoimento às páginas 170 o seguinte, dando a entender que há sim um protocolo expedido por outros entes da Federação, os quais influenciaram a atuação do secretário: 'Que em relação à fala do Sr. Marcos Palermo durante o depoimento a essa CPI, de que ele não se envolveria diretamente em dois setores de sua secretaria, o financeiro e o das vigilâncias, ele não se envolve no departamento, pois a vigilância possui várias legislações e protocolos que devem ser seguidos. Que as atitudes não são tomadas da cabeça de um ou de outro mas sim seguindo todos os protocolos tanto do governo Estadual quanto do Federal. Que, por esse motivo, o secretário não se envolve e não se intromete nesse quesito'. Ainda versando sobre as questões dos protocolos, à Folha 143, à luz das orientações e normas que se trata a nutrição de pacientes internados e que precisam se alimentar através de sondas, o secretário afirma: 'Hoje,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

não há um protocolo sobre a alimentação e cada médico é responsável ou não por prescrever a dieta a cada paciente. No entanto, de forma alguma, tentando limitar ou furtar dos médicos a autonomia que lhes é competente tecnicamente, de acordo com a secretaria... SPSP Educa(F). Quanto à alimentação introduzida antes ou logo após 12 horas, o índice de mortalidade é menor. Ou seja, esta é uma exemplificação de que se constar no protocolo essa importante informação, e se ela for implementada rotineiramente, a taxa de mortalidade pode diminuir. Ou seja, um simples protocolo pode ajudar a salvar vidas. Os protocolos são definidos como: são estratégias fundamentais tanto no processo de planejamento, implementação e avaliação das ações quanto na padronização das ações no processo de trabalho. Dessa forma, podem ser considerados elementos importantes para obtenção da qualidade dos serviços'. Portanto, essa CPI observou que muitos problemas enfrentados na condição dos atendimentos a pacientes e vítimas da covid foram e são decorrentes da falta de adoção de protocolos, de treinamentos e capacitações, mesmo que brevemente orientando uma equipe a seguir determinada padronização. Obviamente, em situações excepcionais, os protocolos podem e devem ser quebrados. Mas essas são exceções. De forma geral, o serviço altamente padronizado facilita a gestão, o estabelecimento de indicadores, na análise macroprocessual. O diretor de gestão hospitalar e cuidado ambulatorial, o Sr. Fausto Espósito, reconheceu em seu depoimento a importância dos protocolos e com isso, tem auxiliado nos serviços do Samu, pois, segundo ele à Folha 424, 'existe maior facilidade, pois os profissionais do Samu já possuem protocolos e têm conhecimento do local ao que enviar os pacientes, observando com cada gravidade'. Finalizando essa linha de raciocínio, faz necessário trazer ao debate que: a primeira quinzena de novembro, os problemas relacionados à falta de protocolos refletem em questões gerenciais da saúde. Exemplo disso é o fato de que um paciente precisa ir à UPA e apresentando sintomas de covid-19, é encaminhado ao centro de triagem para realizar a testagem. Erro crucial que, segundo o secretário, na Folha 142, foi o motivo da criação do centro de triagem. Não misturar pacientes infectados com os não infectados com o vírus. Desse modo, embora essa constatação possa, salvo melhor julgamento, não configurar infrações puníveis nos termos legais, serão lançadas na seção Principais Referências e Considerações Finais, recomendações para que o Poder Público municipal se atente ao estabelecimento de protocolos, fluxos de trabalho e a inserção de indicadores como uma forma de contribuir para a melhoria dos serviços de saúde oferecidos pela municipalidade". **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Em "3.2, hospital de campanha, centro de triagem de síndromes respiratórias. Outro ponto de interesse a ser analisado é o da escolha do Ginásio Milton Olaió Filho para instalação do hospital de campanha e posteriormente de um centro de triagem de síndrome respiratória. De início, esclareceu o Secretário da Saúde que o município, no contexto em que se encontrava o mundo naquele momento, foi diligente no sentido de se precaver a uma possível situação calamitosa que se aproximava". Abre aspas para o secretário: "Que após a primeira morte no dia 17 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, iniciaram-se estudos através de um comitê técnico formado pelas vigilâncias Epidemiológica, Sanitária e por médicos da Santa Casa e do Hospital Universitário visando criar uma estrutura hospitalar que atendesse às demandas. Que o Hospital Universitário e a Santa Casa não tiveram interesse em sediar um hospital de campanha. Que procuraram outros locais que pudessem receber uma estrutura para a criação do citado hospital. Que consultou também as entidades privadas de saúde, porém, chegaram à conclusão que, por uma questão de economia, seria melhor que a prefeitura criasse um local para atender os pacientes. Que a ideia da criação do hospital de



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

campanha não vingou. Pois não havia demanda naquele momento, uma vez que a Santa Casa e o Hospital Universitário disponibilizaram leitos suficientes naquele momento para atender a demanda. Que após outubro do ano passado, vendo a situação caótica do estado de São Paulo em outros municípios, em outros estados, principalmente em Manaus, e visando a volta de atendimento da atenção básica, resolveu criar um centro de triagem de síndrome respiratória nas instalações do Ginásio Milton Olaio Filho. Que a equipe técnica achou, naquele momento, que era o melhor local para instalação do mencionado centro'. Evidencia-se do trecho transcrito acima que não parecia haver um único responsável pela tomada das decisões no enfrentamento da pandemia, uma vez que são numerosos os depoimentos e documentos recebidos pela comissão que dão a entender que havia uma integração entre os setores da prefeitura para analisar a atual situação enfrentada e definir que atitudes seriam tomadas sobre elas. Embora aparente haver uma coesão na atuação da prefeitura foram verificadas algumas inconsistências, vejamos, a imprensa local chegou a noticiar que em agosto de 2020, com base na fala do então secretário municipal de Esportes e Cultura e atual vice-prefeito, o Sr. Edson Aparecido Ferraz, e do secretário da Saúde, o Sr. Marcos Antônio Palermo, que a estrutura teria capacidade para 120 leitos de enfermaria, algo que jamais aconteceu. Portal de notícias G1, São Carlos, Araraquara, 22/7/2020, 'Ginásio Milton Olaio vai instalar 'covidário' para pacientes com covid em São Carlos. Unidade deve entrar em funcionamento em 30 dias e terá capacidade para atender 120 leitos de enfermaria'. Conforme se verificou, o local foi escolhido para ser estruturado e voltado para atendimento a pessoas com covid-19. Ou seja, assuntos pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde. No entanto, foi escolhido um dispositivo gerido pela Secretaria Municipal de Esportes e Cultura, mas que foi reformado pela Prohab, Progresso e Habitação São Carlos. Nessa trama, obteve-se que os dispêndios inerentes às melhorias e reformas nas instalações do ginásio não foram informadas em momento algum ao Secretário Municipal de Saúde, Marcos Palermo. À Folha 137, o secretário Marcos Palermo informou que não foi informado nem consultado pela Prohab sobre os gastos realizados na estruturação do ginásio". Abre aspas para o secretário: "Não tem como acompanhar os gastos de outras secretarias, empresas e autarquias ligadas à prefeitura. E que não foi consultado porque a casa não é dele, está somente ocupando um local que pertence à Secretaria de Esportes'. Um ponto obscuro, ou seja, não compreendido durante as oitavas, é o porquê de as obras de adequações não terem sido realizadas pela Secretaria Municipal de Obras Públicas mas pela Prohab. O Sr. Marcos Palermo afirma à Folha 137 que 'a escolha da Prohab não teve participação decisória dele'. O depoimento do Sr. Marcos Palermo indica que 'a priori' não houve interesse da Santa Casa, tampouco do Hospital Universitário em sediar hospital de campanha e que, por uma questão de economia, o Ginásio Milton Olaio Filho foi escolhido. No entanto, houve a necessidade de um aporte de R\$ 2.425.892,32 'para estruturar' o local. No entendimento dessa CPI, este aporte deveria ser feito em um dispositivo de saúde, com estrutura permanente e geraria maiores benefícios à comunidade. Visto que poderiam ser melhor aproveitados após a pandemia. Já que, no ginásio, poderão não ter serventia após os atendimentos decorrentes da covid-19. Portanto, ressalta-se neste ponto que o princípio da eficiência, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988, não foi devidamente observado. Deixando, pois, o poder público de beneficiar a coletividade da maneira mais eficiente em função dos recursos disponíveis. Art. 37 - 'a administração pública direta, indireta ou funcional de qualquer dos poderes da União, dos estados, Distrito Federal e dos municípios, obedecerá aos princípios da



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência'. Um fator relevante a ser observado é que o secretário afirma em seu depoimento que obteve a liberação da vigilância sanitária e que sabe sobre a existência de alguns apontamentos. No entanto, não sabe dizer se todos os apontamentos foram cumpridos antes do funcionamento ou dos atendimentos serem realizados. Aqui, cabe-nos fazer uma reflexão: o estabelecimento comercial que necessita de alvará da Visam pode realizar atendimentos? Ou seja, funcionar sem antes atender os apontamentos? É um espaço diretamente relacionado a protocolos sanitários, poderia operar sem ter atendido a todos os requisitos da Visam? Na seção das principais inferências e considerações finais, medidas decorrentes dessa reflexão serão indicadas a título de recomendação. A falta de gestão em alguns momentos fica evidente. Por exemplo, quando a fiscalização da CPI nas instalações do centro de triagem nas UPAs se verificou que pacientes reclamavam do desconforto em função das baixas temperaturas. Após ser indagado, o secretário reconhece, abre aspas para o secretário: 'Que concorda com os membros da CPI quando denunciaram problemas de falta de lençóis e cobertores nas unidades visitadas pelos componentes da comissão, no último domingo. Que, pela novidade que é a pandemia, houve um mau planejamento, e que após denúncias da Comissão Parlamentar de Inquérito e sua visita junto com o prefeito Airton Garcia Ferreira a esta Casa na última terça-feira, determinou a compra de mais 90 enxovais, sendo 90 cobertores, 90 lençóis simples, 90 fronhas e 30 travesseiros'. Há relatos também que apontam que a escolha do Ginásio Milton Olaio Filho não foi a melhor, principalmente, por servidores que posteriormente, fizeram a gestão dos atendimentos no local. A exemplo do Sr. Diretor Fausto Espósito, o qual afirmou às Folhas 418 que o local não era 100% compatível para sediar um centro de triagem". Abre aspas para o Fausto: "'Deveria haver por parte da Secretaria de Saúde um foco maior nos hospitais, que já possuem estrutura para atender os pacientes vítimas da pandemia. Que o gasto com o hospital de campanha pode ser utilizado para ampliar os leitos em nossos hospitais'. O diretor complementa ainda na Folha 419 que: 'o melhor local para cuidar de pacientes intubados é a Santa Casa e o Hospital Universitário. Que o Ginásio Milton Olaio Filho não é o local ideal para abrigar o hospital de campanha, pois o custo de sua implantação é muito elevado e não compensaria. Que o mencionado ginásio não tem estrutura para abrigar hospital de campanha e que, de lá, deve ser focado como local de atendimento rápido'. Enfatiza-se neste relatório que os servidores e diretores Fausto Espósito e Cristiane Aparecida Antônio Mestre, Folha 169, não foram convidados a participar ativamente da escolha do Ginásio Milton Olaio Filho para sediar o centro de triagem. Mesmo sendo notório que, posteriormente, seriam ambos que responderiam pelas ações e pela gestão do local. Questionados se a criação do hospital de campanha refletiria na redução de mortes e maior tranquilidade nas UPAs, Fausto afirmou que: 'Com certeza, as UPAs trabalhariam com uma folga maior e não teríamos o fechamento da UPA de Santa Felícia. Que se os leitos fossem criados, estaríamos em uma situação melhor, porém, os investimentos foram feitos na Santa Casa e no Hospital Universitário para suprir a necessidade dos leitos não criados àquele momento no ginásio'. Com relação ao fechamento da UPA de Santa Felícia para atendimentos a pacientes com covid-19, o depoente afirma que: 'aconteceram falhas no início, mas não houve tempo de planejar uma melhor estrutura'. Por sua vez, no que diz respeito ao sistema de oxigênio ser insuficiente para atender as demandas de covid da UPA, o Sr. Fausto afirma que o mesmo está tendo condições de intubar três pacientes e até um quarto, caso a pessoa não seja obesa. Houve o furto de cabos e equipamentos elétricos no ginásio. O qual mesmo tendo



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

recebido um aporte financeiro de R\$ 2.425.892,32 não foi considerado o aspecto de segurança pública, não tendo sido emitido um parecer técnico realizado pela guarda municipal ou até mesmo da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social. Por não ter se atentado a esse detalhe, mesmo com um controlador de acesso, algo em torno de R\$ 100 mil em fios e cabos foram furtados de um dispositivo público. O que, segundo o depoimento do Sr. Nivaldo, demandaria horas de trabalho, equipamentos especializados, transportes adequados, entre outros aspectos. Registra-se aqui que este relator, vereador Elton Carvalho, esteve no local no dia seguinte ao furto, não havendo quaisquer marcas de arrombamentos, tampouco de pés nas grades, fato este que causa muita estranheza. Entretanto, durante os trabalhos da comissão, não foi possível identificar que agentes públicos tivessem colaborado para a execução de tal ato criminoso, nem dele se beneficiado. O que, todavia, não afasta que tal fato seja investigado pela autoridade policial. A conclusão, pois, é que a escolha do Ginásio Milton Olaio Filho se deu após tentativas frustradas de se proceder as instalações necessárias ao enfrentamento de uma potencial circunstância de calamidade acarretada pela pandemia da covid-19 em outros estabelecimentos de saúde que pudessem representar um melhor investimento no que diz respeito à utilização de tais espaços pela população. No entanto, é importante levar em consideração que se tratava de uma situação extraordinária e de extrema urgência enfrentada naquele momento pelo Poder Público, dificultadores que, sem dúvidas, tornariam mais complexo o processo decisório, ampliando risco de equívocos ou de decisões que poderiam posteriormente poderiam ser tidas como as não mais eficientes. 3.3, hotel San Ciro. Na questão da utilização do hotel San Ciro para hospedagem de servidores da Saúde que atuam na linha da frente do combate à covid-19 em que houve a necessidade de três renovações contratuais com dispensa de licitação, ao ser questionado sobre o controle de utilização dos quartos de hóspedes e de acesso, o Sr. Marcos Palermo afirmou à Folha 139, 'que essa é uma atribuição da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos'. No entanto, a CPI não obteve informações precisas sobre quantos hóspedes fizeram a estrutura, quantos quartos foram utilizados, quem eram os hóspedes e por quais períodos, por qual período eles lá permaneceram. Afinal, é importante assegurar que foram realmente utilizados por quem estava atuando na linha de frente no combate à pandemia. O Sr. Marcos Palermo afirmou em seu depoimento que: 'A escolha do mencionado local levou em conta o custo-benefício para a municipalidade. Uma vez que o local possui 38 quartos e a prefeitura estava pagando R\$ 10,5 mil mensais para o uso de toda a estrutura, o que daria aproximadamente entre 13 a 20 reais a diária por hospede'. Curiosamente, na base de cálculo apresentada pelo secretário para exemplificar a relação custo-benefício, ele considera a quantidade de hóspedes. E, na prática, verificou-se que tal número foi muito inferior, conforme os demonstrativos apresentados pela CPI representando verdadeira subutilização do serviço contratado. 3.4, fura-filas na vacinação. Considerando os questionamentos acerca dos fura-filas, ou seja, de pessoas que não estavam no Plano São Paulo de Vacinação serem vacinadas e foram vacinadas antes do prazo adequado, o secretário Marcos Palermo afirma na Folha 139 que: 'ouviu falar muitas vezes sobre pessoas que furaram fila, fato este que está sendo investigado e apurado pelo Ministério Público, através do promotor Sérgio Piovesan, e que ele tem, sim, conhecimento de possíveis fura-filas, porém não pode confirmar se o fato é verdadeiro ou não'. Neste contexto, foi declarado, durante a oitiva que a esposa do promotor da Santa Casa, por ser voluntária, foi vacinada juntamente com outras voluntárias, por estarem desenvolvendo atividades no interior do ambiente hospitalar. No entanto, ressalta-se que ações voluntárias são filantrópicas, não



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

remuneradas. Ou seja, não caracterizam vínculo empregatício. De acordo com o Plano São Paulo, somente as pessoas que trabalhavam na linha de frente do combate à pandemia do coronavírus nos hospitais poderiam se beneficiar da imunização, grupo este do qual não fazem parte as referidas voluntárias. Fica evidente que houve benefício, ferindo o princípio da impessoalidade, visto que nem todos os mesários, por exemplo, foram imunizados naquele momento. Considerando haver fortes indícios da ocorrência dessas inconsistências bem como o fato de que na legislação estadual que estipula a aplicação de punição aos envolvidos, faz-se necessário que seja dada ciência de tal ocorrência a órgão local do Ministério Público para que os envolvidos recebam tratamento legal adequado nos termos da legislação em vigência. Outro fato curioso é que, de certa forma, evidencia novamente problemas de gestão e de integração entre as secretarias, diz respeito à testagem de 257 atletas profissionais da cidade. Na Folha 144, o secretário Marcos Palermo mencionou que: 'foram feitos testes em atletas que representaram a cidade e que competem nos campeonatos estaduais e federais, representando a nossa cidade de São Carlos. Que a Vigilância Epidemiológica não autorizou a testagem, porém, a Secretaria Municipal de Fazenda fez a autorização, uma vez que a Secretaria Municipal de Esporte não conseguiu os testes. Que a secretaria determinou que a saúde realizasse tais testagens'. A seguir, registro da repercussão na mídia local sobre a ocorrência de vacinação indevida, notícia sobre investigação do Ministério Público acerca dos fura-filas em São Carlos; 'Ministério Público investiga suspeita de fura-fila na vacinação contra o covid em São Carlos, 26/2/2021'. Nos dados do site: '500 pessoas entre 84 e 50 anos receberam a primeira dose e são classificados como idosos, mas a cidade ainda não vacina essa faixa etária', 'Prefeitura culpa sistema e erros de digitação e apura outros casos'. É um tanto quanto confuso a Secretaria Municipal de Fazenda determinar algo à Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que tais decisões são de competência da Vigilância Epidemiológica, na qual o secretário Marcos Palermo, conforme relatado em seu depoimento, afirma ser um dos três setores sobre os quais ele não opina e que dá total autonomia aos respectivos diretores. Logo, a Secretaria Municipal de Fazenda fez uma determinação à Vigep, Vigilância Epidemiológica, de acordo com os relatos. Além de confuso, demonstra intervenção gerencial entre pastas. Isso é complexo e reflete na qualidade dos serviços que são ofertados à população.

3.5, informações contábeis e complementares. Com base no depoimento do secretário municipal de Fazenda, Sr. Mário Antunes, é possível mensurar o tamanho das dificuldades enfrentadas pela Secretaria Municipal de Saúde, principalmente mediante a perspectiva de gestão. O depoente afirmou que ao término do exercício de 2020, o orçamento da Secretaria Municipal de Saúde apresentou um superávit de R\$ 3,5 milhões, Folha 3.072, que juridicamente pode ser alocado na peça orçamentária de 2021. No entanto, o que causou grande estranheza junto a esta CPI é o fato de haver um superávit orçamentário ou, em outras palavras, ter sobrado dinheiro no caixa da Saúde, sendo que, em diversos momentos, faltaram equipamentos de proteção individual aos servidores, medicamentos, bem como ficaram pendentes reparos e manutenções prediais em unidades hospitalares e ambulatoriais, entre outras demandas. Matéria que foi veiculada na imprensa municipal: 'Prefeitura de São Carlos é processada por falta de EPIs para profissionais da saúde. Essa já é a quarta ação contra o município durante a pandemia. Prefeitura afirma que a média de investimentos em EPI para os servidores da Saúde é de quase R\$ 300 mil por mês. Acidade ON São Carlos, 3/12/2020'. Somado a isso, através de visitas técnicas dos parlamentares que compõem a CPI da Saúde, junto ao Samu, ao Sits, às unidades básicas de saúde e às unidades



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

de saúde da família, fica evidente uma quantidade imensa de demandas e necessidades de intervenções que poderiam ser realizadas com esses recursos que sobraram no caixa da Secretaria Municipal de Saúde. Em outras ocasiões, os parlamentares, atuando como agentes fiscalizadores, ouviram relatos e visualizaram fisicamente que não haviam condições mínimas de trabalho para os servidores. Já no depoimento da diretora Izaulina, além das dificuldades de gestão orçamentária, conforme relatado acima, é evidente a falta de gestão no que diz respeito ao aspecto organizacional. A servidora fez um desabafo consistente sobre o desmonte da equipe de compras da Secretaria Municipal de Saúde, com um número extremamente limitado de servidores para exercer uma carga de trabalho extremamente volumosa. Fica um questionamento reflexivo: como pode a pasta com maior dotação orçamentária, com maior volume de compras, principalmente com dispensa de licitações, em ano pandêmico, não dispor de um departamento de compras administrativo e financeiro bem-estruturado? A ausência da gestão sobre esse departamento leva os servidores atuantes à exaustão, implica em problemas logísticos e afetam principalmente a população que demanda serviços de qualidade ofertados pela saúde pública, principalmente durante uma pandemia. A fala da depoente é corroborada por mais um servidor que depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. José Vitor Basseto, que vai além e expõe as fragilidades da divisão farmacêutica, sendo um quadro ainda mais limitado para fazer a dispensação de medicamentos. Ele apresentou a esta CPI que o controle de estoque de medicamentos, totalizando mais de 660 itens, inclusive medicamentos de alto custo, é realizado manualmente através de uma planilha do Excel. O Sr. José Vitor ratifica em seu depoimento, à Folha 235, abre aspas para ele: 'Hoje, nós temos dez farmacêuticos concursados, trabalhando na atenção básica e dois terceirizados. Que vê como fundamental e necessária a presença de profissionais farmacêuticos nas unidades para orientar o paciente de como proceder no que diz respeito a cada medicamento prescrito. Que no atual momento não há como substituir farmacêuticos que se afastam ou gozam de férias, uma vez que não existem profissionais concursados para tal substituição'. O depoimento do Sr. Fausto também ratifica as falas da Sra. Izaulina e do Sr. José Vitor: 'A retirada do departamento jurídico e de compras da Secretaria Municipal de Saúde dificultou a compra de EPIs, de remédios e de insumos. E que a estrutura antiga administrativa e financeira deveria voltar. Que seria de suma importância a reabertura do Fundo Municipal de Saúde, que traria melhora de 90% das dificuldades que estão sendo enfrentadas no dia a dia da Secretaria Municipal de Saúde'. Nota-se, portanto, que há grande desorganização em setores vitais para a gestão da saúde municipal, os quais necessitam urgentemente de maior atenção e destinação de recursos e pessoal. 3.6, Prohab, Progresso e Habitação São Carlos. A atenção da comissão se voltou para Progresso e Habitação de São Carlos, Prohab, uma vez que esta, conforme depoimentos e documentos obtidos, foi a responsável pela realização de obras no Ginásio Milton Olaio Filho para que ele pudesse ser utilizado no combate à pandemia 19 bem como outros equipamentos públicos de saúde. Nesse sentido, o Sr. Júlio César Alves Ferreira, ex-diretor do órgão, às Folhas 730 e 731 disse: 'Que a escolha da Prohab para cuidar dos reparos, das melhorias hidráulicas e elétricas, pintura e outros serviços, deve-se ao fato de a mesma', no caso a empresa, "ser uma empresa que tem uma maior agilidade para realizar certames licitatórios e carta-convite, sempre seguindo a Lei nº 866/93. Que há na Prohab uma possibilidade bem ágil, fator que era exigido no momento do surgimento e do crescimento da pandemia. Que a criação da Prohab, em 1985, teve como objetivo dar maior agilidade na prestação de serviços, obras e melhorias para que a população



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

pudesse ser atendida. E que essa agilidade se tornou ainda maior com a Lei nº 13.303/2016. Que a mencionada legislação dá mais poder para que a empresa responda com mais rapidez aos reclames e às necessidades da população'. Tal agilidade a que se refere o ex-diretor diz respeito tanto ao órgão possuir uma estrutura muito menor do que a prefeitura municipal bem como ao procedimento licitatório, com limites maiores em relação ao que deve ser observado pela administração indireta para dispensa de licitação de que gozam as empresas de economia mista, nos termos da Lei nº 13.003 (sic), de 30 de junho de 2016, o que se mostra uma atitude plausível, já que havia legalidade para tal transferência nos termos da alínea 'g' do inciso II do art. 1º da Legislação Municipal 11.013, de 30 de junho de 1995. Com exceção da contratação de empresa pertencente a um sobrinho do atual vice-prefeito, Secretário Municipal de Esportes e Cultura ao tempo, na qual foi possível identificar prejuízos acarretados pelo simples fato de tais responsabilidades terem sido transferidas para a Prohab, a qual, legalmente, está autorizada a proceder com tais atividades, conforme a alínea 'g' do inciso II do art. 1º da Lei Municipal nº 11.013, de 30 de junho de 1995. Com relação a essa contratação, o Sr. Edson Aparecido Ferraz, atual vice-prefeito municipal e secretário municipal de Esporte e Cultura ao tempo da contratação da empresa GMG pela Prohab para a realização de tais obras, informou o seguinte às Folhas 3.290 e 3.291: 'Que tem consciência e que tem conhecimento total de que o Sr. Júlio Ferreira, seguindo o processo que tramitou na Prohab de contratação de serviços de pintura do Ginásio Milton Olaio, contratou uma empresa que pertence ao Sr. Guilherme, conhecida como GVGF Pinturas. Que o citado cidadão é sobrinho da sua esposa e que é uma pessoa extremamente séria, honrada e trabalhadora, além de ser um excelente pai de família. E pessoa que contratou pessoas para trabalhar, dando emprego, e que foi muito penalizado com essa obra. Uma vez que ficou 24 horas durante alguns dias pintando mais de 6 mil metros de parede, em um momento de incerteza trazida por esse vírus desconhecido, colocando em risco sua vida e de seus funcionários. Que ele, como secretário de Esporte e responsável por gerir o prédio público que é o Ginásio Milton Olaio Filho, provocou a Prohab São Carlos e levou em mãos o ofício ao então presidente solicitando melhorias naquele prédio público. Que ele entende que parentes próximos são filhos, a esposa, o pai, a mãe e os irmãos. Que, no caso de Guilherme, ele é uma pessoa muito querida pelo depoente, mas que ele não possui vínculo de parentesco, embora o considere muito, pois é sobrinho de sua esposa e filho de uma cunhada. Que ao exemplo de sua esposa, a Profa. Marta, também é concursada e exerce funções na Prefeitura Municipal de São Carlos como auxiliar de dentista. Que o Sr. Guilherme e toda a sua equipe trabalharam exaustivamente e precisam ser elogiados e valorizados'. E relevante para essa análise saber se o Sr. Guilherme é ou não uma pessoa de boa índole ou de grande estima para o ex-secretário de Esporte e Cultura, desnecessárias maiores diligências para se verificar o vínculo de parentesco com o agente público envolvido no processo licitatório, vez que o próprio ex-secretário afirma ser o proprietário da empresa contratada sobrinho de sua esposa, ou seja, parente de terceiro grau por afinidade. Resta saber, portanto, verificar que consequência jurídica ao menos em hipótese cabem a tal ocorrência. A princípio tanto a Lei nº 13.003/2016 (sic) como a Lei nº 866/93, 1993, não vedam expressamente tal prática, embora compartilhem dispositivos que disciplinam que os procedimentos licitatórios devem observar os princípios da moralidade e da impessoalidade. Por sua vez, importante o registro de que a Lei nº 14.133/2021, que substituirá definitivamente a Lei 866/1993 a partir de abril de 2023, acompanhando o entendimento adotado na jurisprudência das Cortes de Contas, prevê em seu



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

art. 14, inciso IV, que, dois pontos, art. 14: Não poderão disputar licitação ou participar de execução de contrato direta ou indiretamente; inciso IV, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente de órgão, ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação, ou atue na fiscalização na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente no edital de licitação. Desta feita, é flagrante a violação aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade que ensejam na remessa da ocorrência aos órgãos competentes para as providências que julgarem permanentes. Por fim, apenas a título de registro, vez que se trata de contestação que extrapola o objeto dessa CPI, durante os trabalhos, principalmente, conforme sendo ouvido os agentes públicos da Prohab, foram colhidos relatos que o Sr. Júlio César Alves Ferreira praticava reiterados atos de assédio contra seus subordinados. Os quais, não em raras vezes, por receio de retaliações, acabavam por não representar as autoridades competentes. Nesse sentido, informou o Sr. Nivaldo às folhas 740, abre aspas para o Sr. Nivaldo, que no que diz respeito à relação presidente Júlio César Alves Ferreira com o seu subordinado não era das melhores, pois ele era uma pessoa exaltada e que tinha relações conturbadas com muitos servidores. Inclusive, ele, Nivaldo, tendo conhecimento de que há denúncias de assédio moral tramitando no Ministério Público de Araraquara, que iria dar um depoimento através de videoconferência ao Ministério Público do Trabalho. Porém, devido à pandemia, isso não ocorreu. Que tem conhecimento que diversos funcionários estavam incomodados com as atitudes do presidente Júlio César Alves Ferreira e procuraram ajuda no Ministério Público do Trabalho. Que acredita que o ex-presidente da Prohab tem conhecimento dessas denúncias, que presenciou por algumas vezes o Sr. Júlio César Alves Ferreira gritando com a advogada Andrea Honda e com algumas pessoas que trabalharam na empresa de economia mista, Prohab. Que por várias vezes o presidente interferia nas ações de sua diretoria e que não possuía, como diretor de projetos, autonomia total. Já a Sra. Andrea Pereira Honda, procuradora da Prohab, informou às folhas 760 que nunca teve desentendimento pessoal com o Sr. Júlio, que os desentendimentos foram todos na esfera profissional, pois o mesmo questionava os seus pareceres técnicos. Que em nenhum momento solicitou aumento de salário, nem gratificação, nem nenhuma vantagem, conforme alegado pelo presidente da Prohab, Sr. Júlio César Alves Ferreira, durante seu depoimento a esta CPI. Que a afirmação é completamente mentirosa e infundada. Que preferiu não relatar na Justiça os assédios e sim agir sempre com independência e com uma postura extremamente profissional e técnica. Que em diversos momentos deu apoio total aos colegas de trabalho que eram perseguidos e assediados pelo presidente da Prohab todos os dias e durante vários períodos da jornada de trabalho. Que os assédios sempre começaram quando o ex-presidente discordava dos seus pareceres e tentava fazer com que os mesmos fossem alterados, o que a depoente nunca concordou, nem aceitou. Em sua defesa, o Sr. Júlio indica às folhas 733, que dois pontos, abre aspas para ele, que tem conhecimento de que muitas denúncias... tem muitas denúncias contra ele, mas elas são de cunho político e que partiram de pessoas da própria Prohab, após a chegada de uma nova procuradora jurídica, Dra. Andrea Honda. Que, segundo o depoente, o motivo da perseguição da nova procuradora jurídica deve-se ao fato de sido negado a ela um acréscimo nos valores dos seus proventos, conhecidos como dissídio, por orientação da antiga provedora jurídica, Dra. Ludmilla, que hoje presta serviços à prefeitura através de concurso público. A conclusão, pois, é no sentido



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

de que há indícios de irregularidade na dispensa de licitação referente à contratação de empresa do sobrinho do vice-prefeito, ex-secretário municipal de Esporte e Cultura e que na representação com relação aos casos de assédio praticados pelo ex-presidente da Prohab contra funcionários do órgão depende da vontade dos ofendidos, já tendo o acusado perdido a sua função. Não havendo pois outros encaminhamentos a se lançar. Quarto, principais inferências e considerações finais. Durante o período de vigência dessa CPI, após visitas técnicas realizadas nas UPAs, centro de triagem, divisão farmacêutica de alto custo, Ministério Público de São Paulo, Hospital Universitário, Santa Casa, entre outras, algumas melhorias foram obtidas. Sendo algumas delas disponibilizadas abaixo: reabertura da UPA Santa Felícia para atendimento à população, conforme noticiado e publicizado na imprensa em 30 de julho de 2021; testagem em massa no bairro Cidade Aracy, conforme noticiado na imprensa em 21/6/2021; acomodação de pacientes que aguardavam leito nas UPAs, na Santa... aguardavam leitos nas UPAs, sendo transferidos para a Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, 5/8/2021; aquisição de enxovais, cobertores para dar maior comodidade aos pacientes e familiares internados, conforme AF 3016 de 2020. Além disso, com base no depoimento de servidores da Secretaria Municipal de Saúde, ficou evidente problemas relacionados à falta de gestão, dificuldade gerenciais, culminando em inconsistências. Partindo desse pressuposto, essa CPI teve a cautela de apontar as principais melhorias a serem realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando proporcionar aos servidores e principalmente à população serviços de qualidade humanizados e eficientes, emissão urgente de laudos da Vigilância Sanitária em todas as unidades de saúde que dispõem de ambientes hospitalares e ambulatoriais, bem como os demais serviços e atendimentos relacionados à saúde; reestruturação do departamento administrativo e financeiro da Santa Casa; reestruturação do departamento financeiro e administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, otimizando o processo de compras governamentais e mitigando a falta de medicamentos, insumos, EPIs e afins; ampliação dos investimentos em segurança pública, principalmente objetivando a proteção de prédios e dispositivos públicos de competência do município, evitando prejuízos significativos ao erário; modernização do sistema... do site institucional da prefeitura, incluindo no portal da transparência cópia do empenho, bem como da nota fiscal dos serviços prestados, aumentando a transparência e ampliando controle social; informatização e automação do controle de medicamentos de materiais, ou seja, no almoxarifado e estoque da Secretaria Municipal de Saúde, visto que, atualmente, a gestão é feita em planilhas de Excel, inclusive, para medicamentos de alto custo; instituições como IFSP e UFSCar podem facilmente desenvolver um sistema informatizado e de alta precisão, auditável, prevendo estoque mínimo de segurança, evitando o caos da falta de medicamentos e insumos, a custo zero ou relativamente baixo em colaboração, em uma parceria entre universidade e governo; alteração na Lei nº 16.000, de 23 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o plano de carreira e salários e estrutura de governança da carreira dos servidores da administração pública direta e indireta e dá outras providências, atualizando e viabilizando a solução de problemas crônicos, como o quadro extremamente limitado de farmacêuticos na rede, dificultando a dispensação de medicamentos, expondo servidores a condições desumanas de trabalhos e sobrecarga física e emocional. Sétimo, necessidade de maior integração entre as secretarias municipais, otimizando os processos de comunicação e decisão, tornando a oferta dos serviços públicos mais eficiente e qualitativa. Oitavo, definição de protocolos claros, principalmente, prevendo



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

questões externas e adversidades graves, encurtando o tempo de resposta e definindo uma forma clara de trabalho padronizada. Somando a isto, qualificações, capacitações, cursos, oficinas que são de grande valia e pouco explorados ultimamente. **VEREADOR ANDRÉ REBELLO:** "Nove. Intensa campanha de conscientização aos usuários do SUS sobre a correta utilização da rede municipal de saúde, incluindo as Unidades Básicas de Saúde e as Unidades de Pronto Atendimento, eliminando-se a sobrecarga existente nas UPAs atualmente. Dez. Melhorias na integração e no processo de comunicação entre Santa Casa, Sits e HU Sits. O Sits deve passar por uma completa reestruturação organizacional, logística e operacional, visto que o fluxo de trabalho não é claramente definido. O serviço não dispõe de um protocolo de higienização e descontaminação das viaturas e tampouco possui viaturas suficientes em condições de atender as demandas que lhes são reivindicadas. No que diz respeito à apuração dos gastos com covid-19 de verbas advindas do governo federal e dos recursos contingenciados para tal no orçamento municipal, entende-se que não houve dolo. No entanto, principalmente, os recursos provenientes de dotação orçamentária municipal poderiam ser aplicados com maior eficiência e gestão. Exemplificando, é inadmissível para essa CPI ter ciência de que houve no exercício de 2020 superávit de aproximadamente R\$ 3,5 milhões. Ou seja, mesmo com dinheiro em caixa, os servidores vivenciaram rotineiramente falta de EPIs, equipamentos de radiografia danificados, condições estruturais hospitalares e ambulatoriais em situações de calamidade, unidades de Saúde com infiltrações pesadas, chovendo mais no interior do estabelecimento do que na área externa, ambulâncias em condições precárias de manutenção, a exemplo dos Sits e de algumas unidades móveis do Samu. É uma situação inaceitável, inadmissível, que não pode acontecer em hipótese alguma, em respeito aos cidadãos e cidadãs são-carlenses, que cumprem seus deveres como cidadãos, mas que muitas vezes, não têm seus direitos assegurados pela Constituição no art. 6º e 196 cumpridos em sua plenitude. Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma dessa Constituição. Art. 196: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante medidas públicas, sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Encaminhando-se para as conclusões finais, as perspectivas de análise realizadas pela CPI fundamentaram-se basicamente conforme o modelo distribuído na matriz abaixo. Figura 5: matriz perspectivas investigatórias da CPI. Hospital de campanha, Hotel San Ciro, Prohab, vacinação e finanças. Após uma completa e detalhada análise documental, esta CPI conclui que foram as seguintes as constatações de irregularidades cometidas pelo poder público municipal, que embora a situação de emergência e excepcionalidade acarretada pela pandemia de covid-19 merecem ser encaminhadas, conforme o caso, à análise do Ministério Público do Estado de São Paulo e do Tribunal de Contas do estado para uma apuração mais apurada e minuciosa: falta de controle e possível subutilização na contratação do Hotel San Ciro; possível omissão ou conluio de agentes públicos para prática do furto de cabos e materiais elétricos no ginásio Milton Olaio; ocorrências de inconsistências na vacinação; vício na contratação da empresa pertencente ao sobrinho do ex-secretário municipal de Esporte e Cultura. Um ponto que demandaria(F) maior atenção, mas que não faz parte do objeto dessa CPI reside nos relatos do Sr. Luís Donizetti Luppi sobre possíveis fraudes em processos de contratações governamentais realizadas pela Prohab, os quais deverão ser objeto de outra CPI, sem



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

prejuízo da tramitação em outras searas, sejam administrativas ou judiciais. Antes de finalizar esse relatório, é fundamental que esta Casa questione o prefeito municipal Airton Garcia acerca da criação do centro de atendimento pós-covid, compromisso feito pelo prefeito e pelo secretário de Saúde, Marcos Palermo, objetivando um atendimento de qualidade às pessoas que foram infectadas com o vírus e que buscam se reabilitar, ou seja, mitigar os efeitos e sequelas decorrentes do vírus. Sem mais delongas, finalizo este relatório externando os meus votos de profunda gratidão ao presidente desta CPI, vereador Marco Antônio do Amaral, que conduziu as atividades com maestria e extrema liderança. Agradeço também aos membros, a vereadora Professora Neusa, o vereador Dé Alvim e ao vereador Bruno Zancheta, que sempre demonstraram total apoio a esta CPI. Agradeço a todos os servidores da Câmara Municipal de São Carlos, especialmente, ao departamento jurídico pelo apoio e suporte incondicional aos trabalhos dessa CPI. Ao Sr. Emílio pelo suporte audiovisual. Ao Sr. Rodrigo Venâncio e ao presidente desta Casa, o vereador Roselei Françoso. Não obstante, externo total gratidão e respeito a todos os convidados para depor nas oitivas, pela presteza e respeito com esta Casa, cujos membros representam a população são-carlense em sua totalidade, com a legitimidade que as urnas nos conferiram. Finalizando, peço que este relatório seja remetido ao órgão local do Ministério Público do estado de São Paulo e ao órgão do Tribunal de Contas do estado de São Paulo, responsável pelo controle externo do município de São Carlos, bem como que seja disponibilizado em sua íntegra para toda a população através da imprensa local e através do site institucional da Câmara Municipal de São Carlos. Sempre que for preciso, estaremos, este vereador e sua equipe, à disposição para contribuir com a defesa do patrimônio público. Sem mais, São Carlos, janeiro de 2022". **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Vereador André, só tentando me reconectar com o pessoal aqui do on-line. Vamos ver se consigo. Caiu aqui. Espero que todos estejam me ouvindo aí. André, me auxilia, Raquel, aqui do lado, por favor? Quero agradecer a leitura das pessoas que contribuíram, colaboraram aqui hoje. A vereadora Raquel Auxiliadora, o vereador André, o vereador Bruno Zancheta. A vereadora Neusa também leu? Não? Mas também agradeço. Também agradeço de qualquer forma, porque foi aqui muito atenciosa com o relatório todo. Então, meus agradecimentos à senhora e a todos que de uma forma ou de outra estiveram atentos aqui à leitura, tá? Eu quero, nesse momento, passar a palavra ao vereador Marquinho Amaral que está on-line. Tinha combinado aqui. Após a fala do vereador Marquinho Amaral, já passo para o senhor. O senhor faz o comunicado à Casa. Ele estava aguardando, só para não ser injusto, tá? Então, por favor, vereador Marquinho Amaral, o senhor tem a palavra. **VEREADOR MARQUINHO AMARAL:** Boa noite a todos. Quero em primeiro lugar, ao me referir como presidente da CPI que apurou possíveis irregularidades na condução da covid-19 da cidade de São Carlos, eu quero agradecer o relator Elton Carvalho, que fez um brilhante trabalho, junto com os membros, a Neusa, Professora Neusa, o Bruno Zancheta e o nosso vereador Dé Alvim. Nós fizemos um trabalho longo, como foi relatado pelo Elton, um trabalho de campo, um trabalho nas oitivas, um trabalho de investigação. E graças ao apoio que nós tivemos da presidência desta Casa, dos demais vereadores, dos funcionários da Câmara Municipal, da nossa assessoria, da assessoria dos vereadores membros da comissão, nós chegamos hoje ao final da mesma. Quero, portanto, agradecer a todos, cumprimentar a todos. Agradecer à imprensa que acompanhou as oitivas. E dizer que nós cumprimos mais uma vez no Legislativo de São Carlos com o nosso papel, que é de fiscalizar. Eu, que já presidi várias CPIs, que relatei algumas, eu me sinto muito bem quando nós terminamos com chave de ouro, com



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

independência, com imparcialidade e com a valorização do Legislativo, mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, muito obrigado a todos. E eu quero, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade. Eu acabei fazendo uma confusão. Quando a gente erra, a gente tem que vir a público e reconhecer esse erro. Eu me confundi, quando perguntei a Vossa Excelência se o projeto da vereadora Raquel que fazia alterações na Lei Orgânica, se ele seria votado no final. E quando o senhor disse que sim, que seria o último, eu achei que iríamos ler o relatório primeiro da comissão. Mas Vossa Excelência tinha razão, primeiro tem que se esgotar a Pauta para depois ler o relatório. Foi um erro que eu cometi e que eu quero que publicamente, pedir desculpas. E dizer para o funcionalismo público municipal que eu trabalhei muito junto com vários vereadores da Frente Parlamentar em Defesa do Funcionalismo para viabilizar, dentro das comissões, para viabilizar no jurídico desta Casa, na Comissão de Finanças e Orçamento, enfim, para convencer os nossos pares, reuniões que nós tivemos com a vereadora Raquel, com os membros do sindicato. Nós sempre apoiamos essa mudança da Lei Orgânica, e, infelizmente, eu não pude votar. Eu acabei cometendo esse erro e não votei. Mas todos sabem da minha luta, da minha... sempre parceria com o Sindspam, com os funcionários públicos municipais. E nós estamos juntos em todas as lutas dos funcionários e nós estivemos nessa e vamos estar em outras. E eu quero aproveitar a oportunidade, ao encerrar a minha fala, agradecer imensamente Vossa Excelência e os membros da Mesa Diretora dessa Casa, que na última reunião que nós fizemos da Mesa escolheram a mim e a vereadora Raquel Auxiliadora para estar representando o Poder Legislativo nas negociações entre a prefeitura municipal e o Sindspam para a negociação salarial que ocorre em março. E nós já estamos tendo algumas reuniões, nós vamos ter algumas reuniões para que nós possamos convencer a prefeitura da necessidade de um aumento real à categoria. Inclusive, vamos sugerir, já conversei isso muito com a vereadora Raquel, que os 6% do prêmio assiduidade, que ele seja distribuído para os servidores públicos municipais que trabalham, e trabalham muito, e foram imensamente prejudicados, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, no último ano, com a decisão judicial de tirar algumas recompensas que eles tinham pelo trabalho árduo, difícil e constante que eles fazem com muito brilhantismo a favor da cidade de São Carlos. Sou funcionário, sou do lado do funcionário, apoio o funcionário. É claro que no meio de quase 5 mil funcionários nós temos alguns que destoam, mas a grande maioria formada por pessoas sérias, trabalhadoras, honestas, que têm no vereador Marquinho Amaral uma voz e um apoio sempre nessa Casa de Leis. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Marquinho do Amaral. A gente tem acompanhado aqui ao longo... nós estamos aqui já no terceiro mandato, e nesse período todo a gente tem acompanhado as negociações do sindicato. E eu também participava dessas reuniões, dessas assembleias, e lá estava o senhor sempre atento discutindo as propostas salariais, defendendo os interesses dos trabalhadores. Então, eu quero cumprimentá-lo por isso e não tenho dúvida nenhuma que esta Casa acerta em reconduzir o nome do senhor e da vereadora Raquel para representar esta Casa frente as negociações da Prefeitura de São Carlos e também do nosso sindicato, o Sindspam. Eu tenho absoluta confiança, esperança também, que a gente consiga de fato ter uma proposta que a gente diminua essa tensão toda que existe sobre o servidor, principalmente nos prejuízos desses direitos, desses benefícios que foram subtraídos com essa ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Ministério Público de Contas do estado de São Paulo. Muito obrigado, Marquinho. Comunicado à Casa solicitado pelo vereador Elton



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

Carvalho. **VEREADOR ELTON CARVALHO:** Sr. Presidente, eu queria comunicar à Casa e a todas as pessoas que nos acompanham que hoje teve uma fala minha e do presidente da Comissão de Saúde sobre a vacinação, o porquê não expandir a vacinação das crianças, que nós já possuíamos 14 mil vacinas. E acabou de sair uma nota aqui que amanhã, a partir do dia 26, bastantes Unidades de Saúde, USFs e UBSs vão fazer a vacina a partir de 5 anos de idade a 12, de 5 a 12. Então, são... vão fazer CoronaVac em crianças acima de 6 anos e Pfizer pediátrica para as crianças de 5 anos. Então, nós cobramos aqui, e a prefeitura... foi também uma cobrança do presidente da Câmara hoje junto a uma reunião junto com o comitê, e isso foi atendido. Então, a partir de amanhã, dia 26, nossas crianças poderão ser vacinas das Unidades de Saúde, e também foi teve a expansão das Unidades de Saúde, onde que vão fazer a vacina dessas crianças. Muito obrigado e uma boa noite para todos. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Elton Carvalho. Nós estamos aqui findando os nossos trabalhos na tarde de hoje. Nós temos alguns inscritos para explicação pessoal. Mas, antes disso, eu queria falar um pouco sobre a Audiência Pública, Raquel, que nós fizemos na última sexta-feira. Essa Audiência Pública, na minha avaliação, ela foi muito positiva. Nós estamos construindo juntamente, Dr. André, com a Comissão Permanente de Saúde, uma comitiva, uma reunião com uma comitiva de São Carlos. Assunto não é só Câmara Municipal, o assunto é saúde pública. Então nós estamos em contato com o Dr. Jean Carlos, que é o secretário estadual da Saúde, e nós estamos construindo uma agenda positiva para São Carlos, para discutir questão dos leitos, a questão da testagem, a questão das enfermarias. E nós já entramos em contato com a Santa Casa, deve participar não só a Santa Casa de São Carlos, mas a Santa Casa de Araraquara e Matão e também o nosso Hospital Universitário, prefeitura e Câmara, representada pela Comissão Permanente de Saúde dessa Casa. Eu quero dizer que nós temos esperança. O secretário entrou em contato conosco hoje. Hoje, 25 de janeiro, aniversário de São Paulo, feriado na capital, portanto, por isso que nós não conseguimos ter uma data na tarde de hoje. Mas eu tenho esperança, amanhã, alguém da equipe dele fará contato conosco para que a gente consiga ajustar essa agenda para que São Carlos possa, de fato, ter uma olhar diferenciado aí junto ao governo do estado de São Paulo, tá bem? Então, só para esclarecer essa questão, acho extremamente importante. A questão da vacinação foi muito legal, essa autorização. Eu pedi também hoje, Professora Neusa, a senhora esteve lá em Santa Eudóxia junto comigo, quando da pavimentação asfáltica do Jardim Itararé, também esteve conosco o vereador Tiago Parelli. Vereador Paraná sem comentários porque ele conhece bem lá, sabe a distância, começou sua vida em um palco ajudando o ex-vereador, hoje secretário de Obras, João Muller, juntamente com o vereador de Alvim. Sabe a distância daquele distrito e as dificuldades que aquele povo possui. Então, nós pedimos também que seja estendido a vacinação para as crianças daquela localidade e que o atendimento das UBSs, USFs volte ao normal. Hoje, nós tivemos um caso muito delicado, onde uma pessoa que faz tratamento de broncopneumonia foi encaminhada para o Gripário. O Gripário tem monte de gente lá com covid, com síndrome gripal, enfim. A pessoa foi exposta à contaminação. Quando, na verdade, ela poderia ser atendida lá em Água Vermelha. Ela tem a ficha dela lá, todo mundo conhece a situação dela. Então, nós fizemos esse apelo para que as unidades voltem a atender o povo com as suas demandas. Certo, Ranieri? Bom, então, nesse momento, eu passo aqui a palavra para explicação pessoal. A Professora Neusa é a primeira inscrita pelo tempo regimental de até cinco minutos. **VEREADORA PROFESSORA NEUSA:** Boa noite a todos. Demorou, mas cheguei aqui para o meu momento de fala. Queria agradecer a atenção



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

de todos, aos ouvintes que estão aí em uma fissura de querer saber e aguentar todas as programações aqui dentro da Câmara. Que olha, é difícil. Não é fácil. Então, primeira coisa que eu queria chamar a atenção e que eu fui chamada a atenção por muitos é a situação que a gente está vivendo com o Procon. Hoje mesmo, eu pedi para a minha assessoria, que ela tentou agendar no Procon, está assim: "Vinte e cinco de janeiro, todos os horários preenchidos; 26 de janeiro, todos horários preenchidos; 27 de janeiro, todos horários preenchidos". Qual o momento que o Procon vai estar atendendo, hein, presidente Roselei? Eu acho que uma entidade que está lá para estar fornecendo um amparo às pessoas que precisam de situações que não são adequadas aos seus atendimentos, que é o Procon, não está atendendo. O que está acontecendo? Eles tentam agendar durante a semana. Nada [ininteligível]. Nós vamos fazer agendamento on-line e nada acontece. Qual é a providência que deve ser tomada? Então, eu queria deixar aqui uma reclamação e um pedido ao Procon. Vamos agilizar os atendimentos, que as pessoas realmente estão precisando de uma atenção que seja providencial. Nem on-line, nem presencial, não há como estar reivindicando um atendimento. Tem muitas reclamações. Outra, eu queria fazer um aparte sobre a fala do Paraná sobre as situações da sessão. Quero também estar aqui disposta a pelo menos a participação de 30% daqui do Plenário, onde tem as demarcações e as separações ideais, com todos já vacinados. Eu acho que se necessário, apresenta a carteirinha de vacina, ou como vocês querem chamar, de passaporte. Que acho um absurdo, é carteirinha do mesmo jeito. Agora, o Bruno colocou sobre a água. Então, a situação da falta de água todo mundo bateu aqui. Eu quero colocar uma situação também. Ninguém é contra. Ou aumento para a gente receber um relatório, não sei de quantos mil páginas que vão ser alteradas as tarifas. Lá na Aries, quando eu fui fazer a Aries a visita acompanhada do vereador Djalma, nós ficamos sabendo que a menor tarifa que é cobrada de todos que participam do consórcio é de São Carlos. Mas a perda de água, as confusões que ocorrem dentro é muito maior em São Carlos. Nós não estamos reclamando do aumento, mas do atendimento da... como fala? Da qualidade de atendimento. Faltar água. E questionar aumentar? Nós temos que tomar cuidado com essas situações que a gente está enfrentando hoje da falta. E realmente, é triste. Principalmente, quando fala de pandemia, né, Paraná? A gente está pedindo a atenção a isso e falta água? Higienização como, né? O Azuaite falou da situação dos professores. Eu, como professora aposentada no sistema público, eu acho absurdo falar de aumento. É idiota quem acredita em uma situação de 73% de aumento. Isso é um absurdo. O Doria está mandando ovo para todo mundo acreditar. Você acredita em Papai Noel? Eu não. Estou aposentada, roubada, literalmente, todo mês. Outra situação também que eu quero colocar é a situação que o Dimitri colocou aqui em relação a montar essa lei ou como assim se fala, de formular esse projeto, tal qual acontece em Limeira. É uma situação que quando era o secretário de Emprego e Renda aqui da secretaria, eu conversei com o Sr. Nino e pedi se poderia fazer uma reunião entre as empresas para agilizar uma situação de ponte para melhorar essa situação de empregar através de experiência. Muita gente não tem como ter experiência se não dão emprego a ela. Então, a situação está triste. E eu coloquei até uns tempos atrás, conversando com o Felipe, antes de outra mudança de cadeira, porque é uma troca-troca que eu vou te contar. Eu conversei com o Felipe e falei: Nossa, precisava estar fazendo uma ponte com esse monte de firma de startup, como a Uno Lab, a outra veio o senhor aqui, se apresentou, de criar pontes e de alisar as empresas para favorecer emprego. E o que o Dimitri colocou hoje eu quero bater palmas. Se realmente, voltar para aumentar a situação de emprego para as pessoas



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

que necessitam. Então, presidente Roselei, na minha explicação pessoal, a primeira demanda que eu peço aqui é em relação à situação do Procon. Quando que eles vão começar a atender o povo que precisa? Chega aqui, obrigada. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, Professora Neusa. O próximo vereador solicitou uso da explicação pessoal é o vereador Ubirajara Teixeira, o Bira. Pelo tempo regimental de até cinco minutos. **VEREADOR UBIRAJARA TEIXEIRA:** Boa noite a todos, a todas, vereadores, vereadoras, público que me acompanha. Hoje, foi citado bastante coisa em relação à vacina, pandemia, mas eu também já estava com essa fala no gancho da minha grande amiga, companheira, Professora Neusa, citar o Saae. Porque se a gente está na pandemia, a água é um bem necessário. O que vem acontecendo? Vem acontecendo essa falta de água, principalmente no Alto do Santa Felícia e na Jacobucci, Vila São José. E a água, nessa pandemia, ela é essencial. A pessoa precisa de limpeza, precisa lavar louça. E creio que não só eu, todos os vereadores têm recebido inúmeras, inúmeras reclamações. Só que eu vejo que no Saae não tem gestão há anos. São sempre os mesmos bairros que têm esse problema com água, que é o Alto do Santa Felícia e a Vila São José. **ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]. **VEREADOR UBIRAJARA TEIXEIRA:** É. Todo. O que acontece? Por exemplo, eu tive reunião lá com o Marquezin. O Marquezin, como pessoa, sem comentários, sensacional, mas não cumpre o que fala. A gente fez uma reunião dia 21 de setembro com o pessoal da Jacobucci, a Juliana foi comigo, a gente gravou o vídeo, que ele iria resolver o problema em 15 dias. Passou 15 dias, passou 20 dias, passou um mês, passou o ano, e a gente está aqui. Aí começou a chover, não teve falta d'água. Agora está chovendo, também está tendo falta d'água. Naquela época era seca que ele alegava. E agora que está chovendo é bomba, é sempre uma nota. Então, faz tempo que a gente não vê a gestão no Saae. Não tem programação para arrumar, para sanar o problema. O Marquezin como pessoa, adoro ele, respeito ele, a história dele, mas não cumpre o que fala. Essa semana estarei marcando com o senhor, Sr. Marquezin, e as mesmas pessoas estão me cobrando, D. Juliana, o Sr. Cléber, o Sr. Adriano Strose(F), que é o pessoal da Vila Jacobucci, eles vão comigo, e o senhor vai ter que se explicar. A D. Juliana, ela teve que entrar contra o Saae para receber outro purificador. Por causa de pressão de água, vereador Paraná, você acredita? Falta água, se ela não tirar da tomada, quando volta, explode o provedor d'água. O Marquezin sempre naquela conversa, parece um sabão, escorrega que nem sabão. Muito gente boa, mas com conversa não dá, não, Marquezin, o senhor precisa cumprir com o que o senhor falou. O senhor não falou que ia resolver o problema da Jacobucci? O senhor tem que cumprir. Em 15 dias, passou 30. Porque não vou ficar pagando mico por causa do senhor, não, tá? O senhor vai ter que resolver os problemas dos outros bairros. Então, esse problema da falta d'água em pleno período de chuva ficou difícil. É seca, a gente até ensaboa a gente, até ensaboa. Mas essa semana eu vou levar essa população aí para o senhor falar na cara delas que estou cansado de pagar de mentiroso para os outros. Bom, estou com o requerimento aqui na Casa, foi votado hoje também em relação... Sei que a gente está vivendo uma pandemia. Está tendo falta de teste, de tudo, mas a gente também tem outros problemas, né, Gustavo? Tem vários problemas na cidade. Um também é sobre os preços abusivos dos combustíveis. Muito. A gente vê uma diferença enorme das cidades vizinhas para a nossa cidade, né, vereador André? É muita diferença. A gente tem dois postos aqui, que eu passei... se algum vereador souber alguma diferença, não sei quanto está lá no Aracy, vereador Paraná, você deve saber. O do Paulistano, o da Sallum é mais barato. Não sei quanto está lá embaixo, não abasteci, mas [ininteligível] o posto que está



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

um pouco mais barato. Então, a gente vê que é muito estranho todos os postos seguir o preço absurdo, cara. Chega a dar 50, 60 centavos a diferença de Araraquara. Então, protocolei um requerimento ao Procon pedindo para nossa diretora Juliana nos dar algumas respostas para a população. Uma das perguntas é que o Procon já efetuou alguma pesquisa para saber qual é a margem de lucro desse posto, preço médio dos postos. A margem de lucro também, e média dos postos de combustíveis da cidade, para saber isso aí. Em comparação com as cidades vizinhas. Porque é muita diferença. Então, a gente precisa saber qual é a margem de lucro de São Carlos, qual é a margem de lucro de Araraquara. E reforçando que a bandeira daqui é a dos postos de Araraquara, as mesmas bandeiras, os mesmos proprietários. São Carlos segue esse padrão, tirando esses dois postos, que é da Avenida Sallum e da avenida... e do Paulistano. Posso concluir? Também... **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Concluir, vereador, pode concluir. **VEREADOR UBIRAJARA TEIXEIRA:** Obrigado. Quais foram procedimentos adotados e quais foram os postos visitados, porque a gente não sabe se teve esse procedimento, se foi visitado. Então a gente quer saber para a gente divulgar para a população e para nós mesmos. Eu tive que comprar uma motinha, porque não está dando para andar de carro, infelizmente, não está dando. Então, eu quero saber não só para mim, para passar para a população, para os meus amigos vereadores. Espero uma resposta concreta da nossa diretora Juliana, do Procon, para a gente poder esclarecer. E concluindo assim, os postos ganham tanto, que a gasolina, o álcool, eles sobem da noite para o dia. E aí o cara trouxe aquele caminhão carregado. Vamos fazer um exemplo do preço de R\$ 5 o litro da gasolina. Aí está lá, ele está com R\$ 5. No outro dia, sobe para 5,50. Então, pela gasolina que está lá já ganha duas vezes mais. E que nem diz o Datena, e aqui para nós de São Carlos, só no nosso. Obrigado, boa noite a todos. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Bira. Passo a palavra agora ao vereador Bruno Zancheta pelo tempo de cinco minutos. **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Boa noite, presidente, vereadoras, vereadores, a todos que nos acompanham. Quase 20h, quase 8h da noite, nós estamos aqui discutindo os problemas da cidade. Acredito que isso é o mais importante, vereador André, travarmos boas brigas, mas brigas boas no sentido de auxiliar na resolução de problemas da cidade. Presidente, dois assuntos de forma muito breve. O primeiro deles, reforçar o convite aos vereadores na próxima segunda-feira, às 17h, estou realizando uma Audiência Pública para tratar sobre a questão dos Sits, Serviço Integrado de Transporte Sanitário, que faz a remoção dos nossos pacientes. E entender um pouquinho melhor a real situação das viaturas, da infraestrutura do local que nós, eu estive lá, sei como está. Mas eu faço questão que nós discutimos aqui, trazer o secretário da Saúde, o Fausto, que é o diretor, para que a gente possa chegar no denominador comum. Vereador Elton colocou, às vezes, essa dificuldade de Audiência Pública, de nós sairmos com os encaminhamentos. Mas acredito que a Audiência Pública é mais um instrumento nosso, enquanto parlamentar, para que a gente possa demonstrar, reforçar, ratificar os problemas que nós encontramos no dia a dia da cidade. Bom, o outro assunto que eu queria trazer, presidente, acredito que nem vou utilizar os cinco minutos, é em relação a esse local. Eu recebi uma queixa, uma reclamação, esse local aqui é lá no Cidade Jardim, na Rua dos Cravos, é um cruzamento, com a Alameda das Violetas. E a situação me deixou no mínimo preocupado. Os moradores... A vereadora Neusa também foi procurada, acredito que outros vereadores também foram procurados. Veículos estão quase caindo aqui. Então os moradores estão muito preocupados. E aí, enquanto o vereador, nós conversávamos isso agora há pouco com o vereador André. Qual é o nosso caminho? O que



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo

fazer com o caso desse? Eu fui procurar os responsáveis, Secretaria de Obras, o Saae e a Secretaria de Serviços Públicos. O Mariel de pronto já me respondeu: "Bruno, nós já estamos tratando desse assunto. Acredito que por entre 15, 15 dias e um mês aí, nós vamos ter uma solução". É que infelizmente a prefeitura, às vezes, as coisas são morosas, mas queria agradecer o Mariel. Quando as pessoas fazem bom serviço, nós temos que elogiar aqui. Mariel é um dos poucos secretários, o Bira falou agora há pouco, até um jargão popular sobre a pessoa que é sabão, que gosta de conversar. O Mariel não, ele gosta de fazer. Mas nessa gestão tem muita pessoa que gosta de conversar, falar, falar, mas a coisa não acontece. Então, eu quero agradecer o Mariel pela pronta resposta. João Muller também, entrei em contato com o Muller, ele de pronto já me respondeu. Precisa achar uma saída, é uma rua na Cidade Jardim que tem um fluxo muito grande de pessoas e uma situação dessa como vi, nós temos ali canos, encanamento, a drenagem do local não está bacana. Está chovendo ali. Se você chegando um pouco mais perto, nós podemos até a questão de dengue. Mas... um problema acaba acarretando outro. Mas eu quero agradecer ao Mariel que de pronto, já até posicionei os munícipes, os moradores que me procuraram, e acredito que uma das nossas funções aqui na Câmara e da prefeitura é posicionar as pessoas, mesmo quando não vai dar, é dar uma resposta. Tem uma frase que diz que satisfação é dinheiro. Dê satisfação às pessoas. Então quero agradecer ao Mariel que de pronto me deu satisfação e muito breve nós vamos ter uma solução para esse problema. E parabenizar também a vereadora Neusa, que foi procurada, acredito que outros vereadores também, foi procurada sobre isso. Então quando nós unimos força, é até é bíblico, né, André? O cordão de duas dobras é sempre mais forte que o de uma. Então quando nós unimos forças, as coisas acontecem. Era isso que eu queria trazer nessa noite, Sr. Presidente. Muito obrigado. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Obrigado, vereador Bruno. A gente vive aprendendo aqui. Essa do cordão de duas dobras aí eu aprendi agora. Preciso ler mais a Bíblia, viu, André? Muito bom. Ranieri conhece, né, Ranieri? Eu queria, nesse momento, passar a palavra ao vereador Paraná Filho, solicitou também o uso da explicação pessoal nessa tarde. Então, por favor, acionar o vereador Paraná Filho aí. Paraná está ausente do Plenário. Rodolfo também está nos acompanhando aí, muito boa tarde para você, viu? Bom, gente, então, não havendo... o Paraná Filho não está entre nós aqui. Deve estar atendendo alguém no gabinete. Eu gostaria de pedir à vereadora Raquel a chamada final. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Chamada final dos vereadores. Vereador André Rebelo. **VEREADOR ANDRÉ REBELLO:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Azuaite Martins de França. Bira. **VEREADOR UBIRAJARA TEIXEIRA:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Bruno Zancheta. **VEREADOR BRUNO ZANCHETA:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Cidinha do Oncológico. Dé Alvim. Dimitri Sean. Djalma Nery, presente on-line. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Djalma está presente, só que on-line. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Elton Carvalho. Gustavo Pozzi justificou. Lucão Fernandes. Malabim. Marquinho Amaral, presente on-line. Paraná Filho. Professora Neusa. Raquel Auxiliadora, presente. Robertinho Mori. Rodson Magno do Carmo, presente on-line. Roselei Françoso. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Presente. **VEREADORA RAQUEL AUXILIADORA:** Sérgio Rocha e Tiago Parelli. **PRESIDENTE ROSELEI FRANÇOSO:** Sob a proteção de Deus, eu declaro encerrada a presente sessão. Obrigado. Eu, Maria Cristina Roque Novaes Keppe, lavro a presente ata, que após lida e achada conforme, será devidamente assinada.



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Protocolo e Arquivo